MP RS
MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório 2009

RELATÓRIO ANUAL 2009

Simone Mariano da Rocha,

Procuradora-Geral de Justiça.

Afonso Armando Konzen,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Delmar Pacheco da Luz,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Luiz Carlos Ziomkowski,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Ana Maria Schinestsck

Secretária-Geral.

Armando Antônio Lotti,

Corregedor-Geral do Ministério Público.

Ruben Giugno Abruzzi,

Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.
Relatório anual de atividades 2009/ organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada – GAGI – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2010. 153p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. l. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação..... 5

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul..... 9

Gestão Institucional..... 25

Áreas de Atuação..... 39

Aproximação com a Sociedade..... 107

Atuação Administrativa..... 129

APRESENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil proclama em seu preâmbulo “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

Para alcançar seus objetivos, estabeleceu no Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

E o legislador constituinte, preocupado em dar efetividade aos postulados da Carta que promulgava, ungiu o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127), impondo-lhe como funções institucionais “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas” (Art. 129).

Assim, dada a natureza republicana do Estado Brasileiro, fundado como Estado Democrático de Direito, adotando o sistema de freios e contrapesos, não existe poder sem controle. Mesmo independentes uns dos outros, os Poderes da República e o Ministério Público estão sujeitos aos mecanismos de controle recíproco, razão do comparecimento perante o Parlamento Gaúcho para

prestar contas das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul no ano de 2009.

O Constituinte brasileiro de 1988 conferiu ao Ministério Público funções relevantes, colocando-o ao lado dos Poderes do Estado, assegurando-lhe a necessária autonomia funcional e administrativa.

Com o perfil que lhe atribuiu a Constituição Brasileira, não encontrando simetria plena em nenhum outro, é o Ministério Público Brasileiro uma instituição ímpar, de responsabilidades assaz relevantes na implementação dos direitos sociais e individuais proclamados na Carta Magna.

No ano de 2009 houve mudança na chefia da Instituição, que, ao assumir com uma visão de compartilhamento e descentralização da gestão, buscou fomentar a descentralização da gestão administrativa, promover a integração entre os órgãos de Administração e Execução e fortalecer a transparência e a democracia no âmbito institucional.

Ciente das grandes responsabilidades e dos desafios que impõem atuação e administração ágeis e eficazes, criou, através do Provimento n° 57/2009, o Conselho de Gestão Compartilhada, que tem por atribuição opinar em questões administrativas e institucionais, elencar prioridades do Ministério Público, além de contribuir com a formulação dos projetos prioritários no âmbito da Gestão Estratégica.

No ano de 2009 procedeu-se a revisão dos objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos, com vistas ao aperfeiçoamento da estratégia institucional

No relatório que segue, serão demonstradas, em cada objetivo do Mapa Estratégico, as ações desenvolvidas nas mais diversas áreas de atuação, bem como os dados estatísticos contidos nos relatórios da Corregedoria-Geral.

Sempre buscando o permanente aperfeiçoamento da estrutura e do funcionamento da Instituição, foi nomeada uma comissão, formada por Procuradores e Promotores de Justiça, com representação de todas as entrâncias, para analisar e propor as alterações legislativas necessárias à modernização do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Ao destacar a atuação administrativa, inclui-se no relatório a evolução do orçamento da Instituição nos últimos anos, demonstrando-se com toda transparência a utilização eficaz dos recursos públicos destinados ao Ministério Público, evidenciando-se um retorno pleno à sociedade.

Por derradeiro, com a certeza de que o Ministério Público contará, como sempre contou, com a confiança e parceria da soberana Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para preservar os superiores interesses do Povo Gaúcho, manifesta-se o mais profundo respeito pelas instituições democráticas desse Estado.

Simone Mariano da Rocha

Procuradora-Geral de Justiça

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

MISSÃO

"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

VISÃO

"Ser reconhecida como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais."

VALORES

Compromisso Social

Independência

Democracia

Combatividade

Efetividade

Transparência

Ética/Integridade

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 incumbiu proceder à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa com vistas à efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral) e de Execução (Procuradorias e Promotorias de Justiça).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia e é órgão de execução do Ministério Público, é nomeado pelo Governador do Estado, para o mandato de dois anos, dentre os Procuradores de Justiça, no efetivo exercício do cargo, indicados em lista tríplice, detendo prerrogativas e representação de Chefe de Poder. O Procurador-Geral de Justiça, como chefe da Procuradoria-Geral de Justiça e do Ministério Público, administra e representa a Instituição.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação.

Secretaria do Procurador-Geral

É o órgão destinado a apoiar as demandas dirigidas ao Procurador-Geral, juntamente com a Chefia de Gabinete, recebendo, despachando e encaminhando documentos e correspondências. Emite, também, comandos de Portarias e de pagamento das férias e acúmulo de função dos Membros.

Assessoria de Segurança Institucional

Tem por atribuição fortalecer os serviços de segurança institucional dos membros e dos prédios do Ministério Público.

Assessoria Legislativa

Tem como principais atribuições colaborar na elaboração de atos normativos e projetos de lei sobre matéria de interesse da instituição e acompanhar o andamento da tramitação dos projetos de lei, bem como gerir o Diário Eletrônico do Ministério Público.

Gabinete de Comunicação Social

Órgão responsável pelo relacionamento e pela divulgação interna e externa das ações do Ministério Público. Possui como principais atribuições propor a política de comunicação, elaborar o plano e as estratégias de comunicação e de relacionamento em consonância com as diretrizes da gestão estratégica do Ministério Público e acompanhar e analisar as notícias divulgadas sobre o Ministério Público.

Assessoria de Imagem Institucional

Tem como principais atribuições a execução do plano de comunicação de acordo com a política e estratégias de comunicação estabelecidas, a divulgação e o fortalecimento da identidade visual do Ministério Público, assim como a elaboração do *briefing* de campanhas publicitárias a serem encaminhadas à agência de propaganda e demais terceirizados.

Assessoria de Imprensa

Tem como principais atribuições a divulgação de matérias jornalísticas na página da internet do Ministério Público, bem como a organização da taxação diária de matérias de interesse institucional, veiculadas pela mídia em geral e disponibilização eletrônica no *site* da Instituição, a publicação de notas oficiais e o fomento da implementação de projetos para maior inserção da atuação do Ministério Público na mídia.

Assessoria de Relações Públicas

É o setor responsável pelo planejamento e organização dos eventos realizados pelo Ministério Público, pela organização das visitas protocolares e solenidades do Ministério Público, acompanhando o Procurador-Geral de Justiça, ou seu representante, nos eventos externos e assessorando o Chefe de Gabinete na recepção de autoridades em visita ao Ministério Público, assim como também é responsável pelo controle das agendas dos auditórios.

Secretaria dos Órgãos Colegiados

Coordenada por Promotor-Assessor, tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Secretaria-Geral

Coordenada por membro do Ministério Público, de livre designação do Procurador-geral de Justiça, tem como principais atribuições, auxiliar o Procurador-Geral de Justiça no exercício das suas atribuições, organizar, divulgar e manter atualizado o calendário geral de eventos do Ministério Público, coordenar o serviço de atendimento ao público da sede do Ministério Público, presidir a Comissão Permanente de Informática, receber e responder pelos encaminhamentos da Ouvidoria do Ministério Público, bem como supervisionar as atividades dos demais órgãos a ela vinculados.

Gabinete de Articulação e Gestão Integrada

Tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão.

- **Assessoria de Gestão Estratégica:** compete a esta Assessoria, dentre outras funções, a condução do processo de formulação de estratégias no âmbito do Ministério Público e sua tradução em objetivos, indicadores e metas institucionais, assim como a promoção do alinhamento de todos os níveis da Instituição com a estratégia, atuando como catalisador e facilitador das mudanças e ainda a coordenação do processo de gestão estratégica e o monitoramento de sua implementação.
- **Assessoria de Suporte a Projetos:** tem por atribuições definir a metodologia de Gerenciamento de Projetos na Instituição e as responsabilidades envolvidas, assim como assessorar os gerentes na definição do escopo e detalhamento dos projetos estratégicos e monitorar seu andamento, prestando informações à Administração, bem como difundir a cultura de trabalho por projetos no Ministério Público.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Tem por objetivo promover o aprimoramento cultural e profissional, a atualização e a especialização do conhecimento dos membros e servidores do Ministério Público, a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição e tem com principais atribuições identificar e avaliar as necessidades educacionais, desenvolver e avaliar os programas educacionais para membros e servidores do Ministério Público, bem como auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na manutenção de intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. É composto pelas Unidades de Análise e Desenvolvimento Educacional e de Gestão Educacional. Também é responsável pela Biblioteca João Bonumá que tem como atribuição a gestão do acervo bibliográfico da instituição.

Memorial do Ministério Público

Tem por finalidade preservar a memória institucional, tornando-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral, o programa de Pesquisas e Publicações e o programa de Produção e Eventos.

Ouvidoria

Tem como atribuições, receber dos cidadãos manifestações e encaminhar reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas por membros e servidores, requisitar informações e realizar diligências junto aos setores administrativos e órgãos auxiliares da instituição acerca de atos praticados em seu âmbito, analisar o conteúdo e encaminhar o assunto aos órgãos competentes, para as devidas providências, dando ciência do encaminhamento ao interessado. Também lhe compete, promover a definição de um sistema de comunicação, para a divulgação sistemática do seu papel institucional à sociedade.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica, nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como da Procuradoria de Fundações.

Assessoria Jurídica

Cumpre à Assessoria Jurídica, examinar processos e expedientes que versem sobre vício de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal, conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público, representações para fins de intervenção federal no Estado e deste nos Municípios, entre outras diversas atribuições.

Procuradoria de Fundações

Tem competência para a elaboração de pareceres pertinentes a qualquer assunto sobre fundações, na aprovação de estatutos, nas suas alterações, na autorização da venda de bens imóveis e na constituição de ônus sobre os mesmos e, ainda, na homologação da aprovação das contas das fundações.

Procuradoria de Recursos

Auxilia os Procuradores de Justiça na elaboração e acompanhamento de recursos e medidas judiciais das decisões do Tribunal de Justiça, e apresenta contra-razões aos recursos excepcionais nos casos em que o Ministério Público figure como recorrido.

Procuradoria de Prefeitos

A Procuradoria de Prefeitos atua por delegação da Procuradora-Geral de Justiça, sendo responsável pela análise dos procedimentos investigatórios, inquéritos policiais e outros feitos extrajudiciais referentes a crimes, em tese, praticados pelos atuais Prefeitos Municipais, e pelo acompanhamento, em todas as suas fases, dos processos judiciais em tramitação na Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado, a que respondem esses atuais Prefeitos Municipais.

Núcleo Processual

Tem por atribuição distribuir os processos vindos do Tribunal de Justiça para os respectivos Procuradores de Justiça, bem como recebê-los, com parecer, encaminhando-os de volta, tudo mediante recibo em guias de encaminhamento de processos, organizando e mantendo os respectivos arquivos. Também compete ao setor elaborar e remeter aos Procuradores as pautas para as sessões de julgamento do Tribunal de Justiça, prestar informações sobre andamento dos processos quando solicitado e emitir relatórios mensais e anuais relativos à movimentação de processos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Tem por principal atribuição realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços nas atividades-fim.

Assessoria Jurídica

Tem como principais atribuições o assessoramento jurídico-administrativo no âmbito da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos além de prestar assessoria jurídica na celebração de convênios pelo Ministério Público.

Comissão Disciplinar Permanente

Instrui Procedimentos de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares, bem como atua na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, emitindo certidões acerca da existência ou não de penalidades dos assentamentos dos servidores para fins de cursos ou concursos.

Serviço Biomédico

Tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores. É composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Direção-Geral

Cumpre à Direção-Geral assistir ao Procurador-Geral de Justiça e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções, bem como supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público.

Comissão Permanente de Licitações

A esta Comissão compete elaborar e processar as licitações assim como receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Assessoria de Planejamento e Orçamento

Tem como principais atribuições a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei de orçamento, além da realização do controle da execução orçamentária, dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento, assim como a observação do correto enquadramento das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Divisão Administrativa

Coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição, bem como realiza a gestão dos contratos administrativos, tais como prestação de serviços e aquisição de bens. Atualmente, é composta por cinco Unidades: Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Transportes, Unidade de Manutenção de Veículos, Unidade de Apoio Administrativo (prédio Santana) e Unidade de Administração Predial (prédio sede).

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras no âmbito do Ministério Público. As principais atividades da Divisão são a elaboração de projetos, laudos, bem como todo o trabalho necessário para a construção, reforma dos prédios e os serviços de manutenção. É composta pelas Unidades de Apoio Técnico, Projetos Arquitetônicos, Projetos Elétricos, Projetos Civis, Manutenção e Telefonia.

Divisão de Assessoramento Técnico

É responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. É formada por três Unidades de Assessoramento: Ambiental, Contábil e em Direitos Humanos.

Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação é responsável por planejar e gerir a execução da política de gestão documental do Ministério Público. É constituída por três Unidades: Protocolo e Expedição, Central de Distribuição e Diligências e Arquivo.

Divisão de Informática

Responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, e propor uma política de informática e implementá-la. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

Divisão de Recursos Humanos

Supervisiona as atividades relacionadas com a área de Recursos Humanos, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral, efetuando o planejamento da Divisão, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas: Unidade de Concursos Públicos, Unidade de Estágios, Unidade de Pagamento de Pessoal e Unidade de Registros Funcionais.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Tem como principais atribuições: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos.

Gabinete de Assessoramento Eleitoral

Tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Núcleo de Inteligência

Tem como principais atribuições desenvolver e coordenar o processo de inteligência no âmbito da instituição, visando atender às necessidades da Administração Superior e da rede de inteligência. Além disso, é responsável por coletar dados e informações necessários às atividades dos membros do Ministério Público, produzir conhecimentos mediante a aplicação de metodologia própria – tornando-os utilizáveis para a tomada de decisões e para o planejamento de operações –, fomentar e difundir a cultura da proteção ao conhecimento sensível no âmbito do Ministério Público, promover as medidas necessárias para a implementação da quebra de sigilo telefônico, telemático e de dados, bem como processar dados e informações referentes ao geoprocessamento e ao tratamento de imagens. É composto pelas Unidades de Operações, de Análise de Dados e Informações, de Contra-inteligência, de Inteligência de Sinais – Sistema Guardião/MP-RS, de Inteligência de Imagens e de Tecnologia da Informação

Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional promovem apoio técnico-operacional aos membros do Ministério Público, na qualidade de órgão auxiliar mantêm arquivo de informações e pesquisas, destinadas aos integrantes da Instituição. Também atuam como gestores de inovação e, no cumprimento de metas anuais, desencadeando ações integradas e interdisciplinares, no escopo de auxiliar os órgãos de execução e prevenir a fragmentação da atuação. Ainda são formuladores e

coordenadores de políticas setoriais, fomentando e monitorando convênios, projetos e programas, obtendo rol de prioridades para a atuação funcional, bem como na captação de recursos financeiros extra-orçamentários para implementação de ações institucionais. Acompanham os processos legislativos e a repercussão jurisprudencial das questões institucionais, nas áreas específicas de atuação, com ênfase em subsidiar propostas legislativas de interesse público, no recolhimento, sistematização, incentivo e divulgação das ações de responsabilidade social relevantes em cada área.

O Ministério Público possui atualmente sete Centros de Apoio Operacionais divididos nas suas áreas de atuação: Criminal, Cível e Patrimônio Público, Direitos Humanos, Infância e Juventude, Consumidor, Meio Ambiente, Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

É o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. É comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, assim como por uma equipe de Promotores-Corregedores, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias.

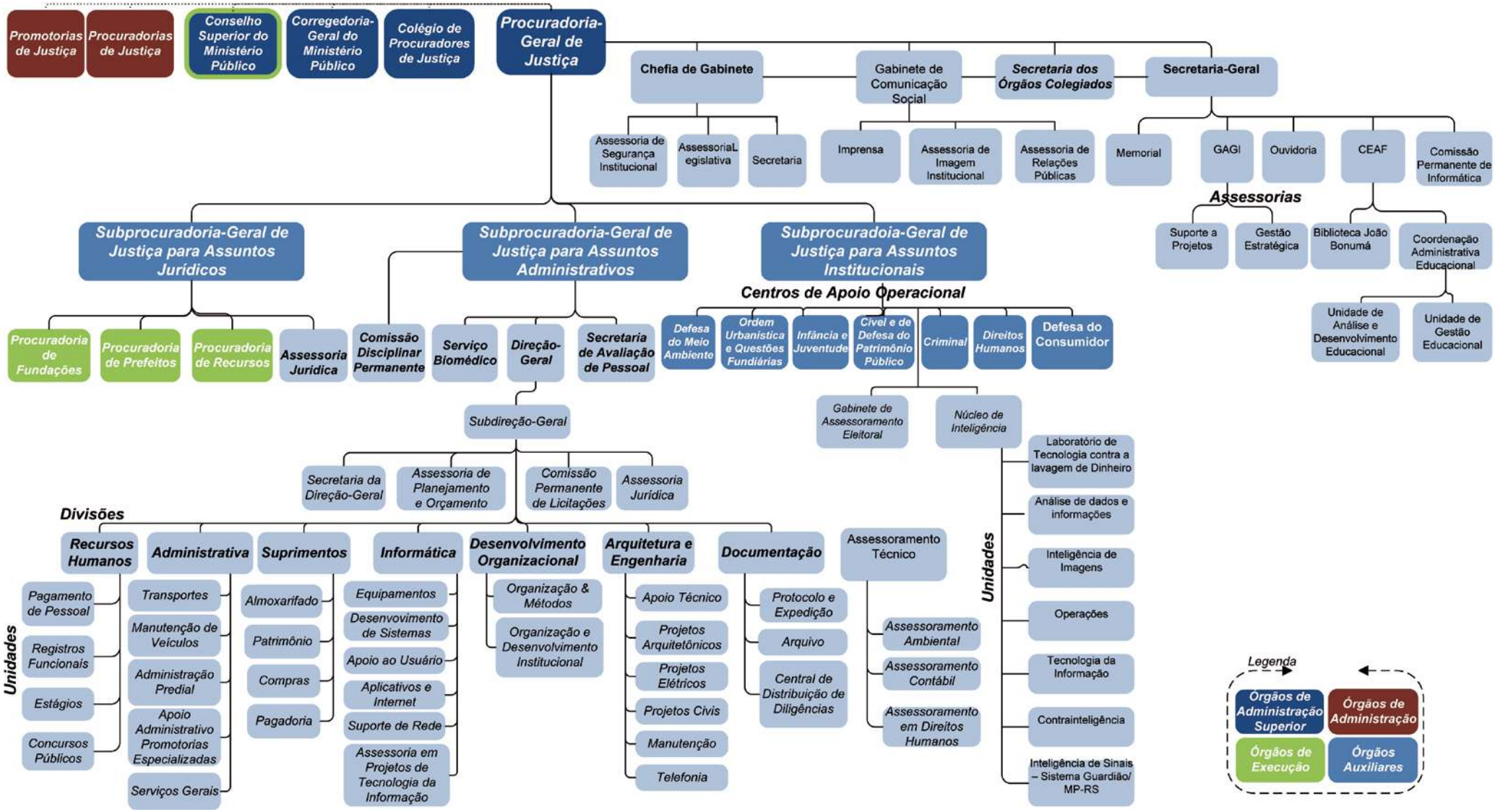
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo-se os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal e Procuradoria de Justiça Cível. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

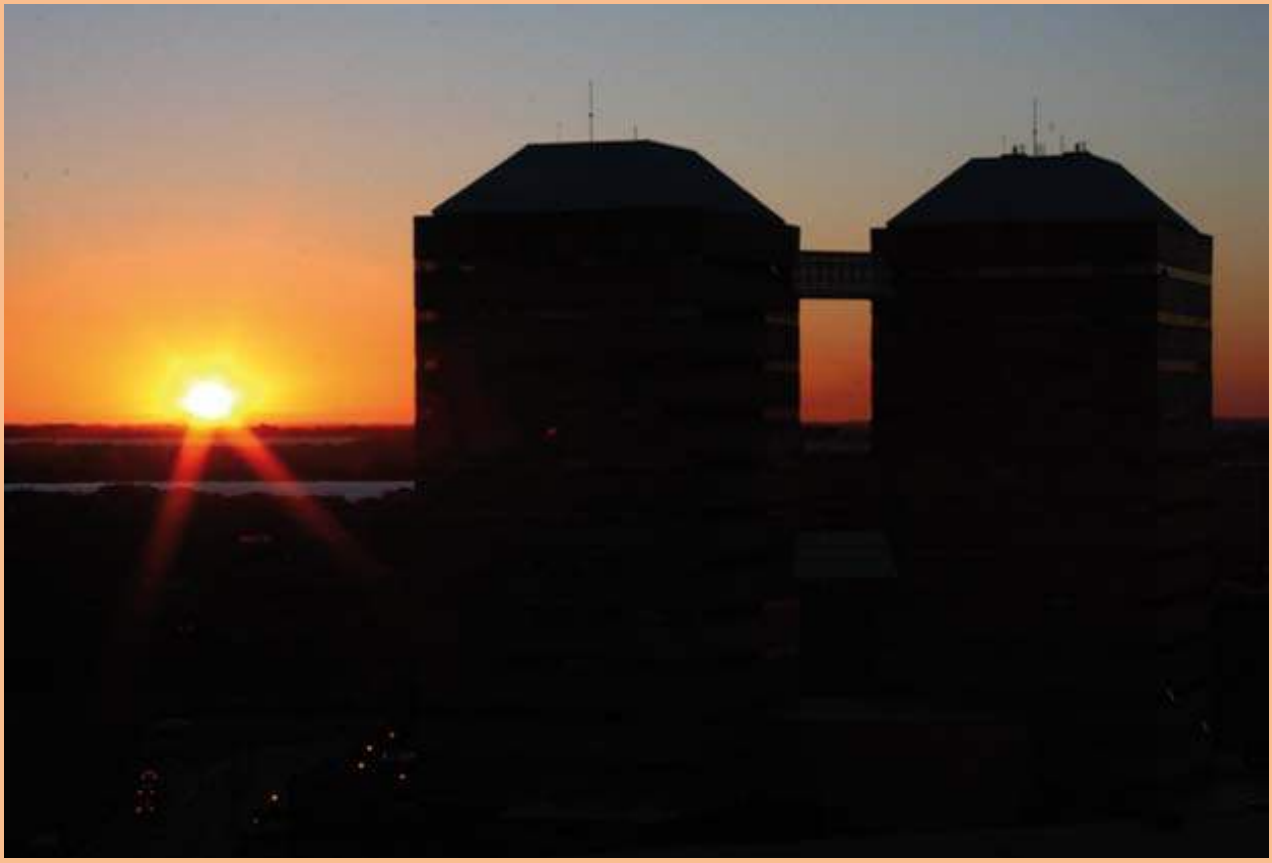
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram são fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores. As Promotorias de Justiça estão instaladas em todas as sedes de Comarcas, sendo ocupadas por Promotores de Justiça, consoante a respectiva entrância de classificação (inicial, intermediária e final).

Organograma do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul



Gestão Institucional



Gestão Institucional

GESTÃO ESTRATÉGICA

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações que determinam o desempenho de uma organização a longo prazo. Inclui a análise dos ambientes interno e externo, formulação e implementação da estratégia, avaliação e aprendizado. A principal função deste modelo consiste em fazer com que os objetivos, projetos e ações definidos sejam sistematicamente gerenciados com vistas à sua implementação e, se necessário, sejam revisados para melhor consecução da visão de futuro da organização.

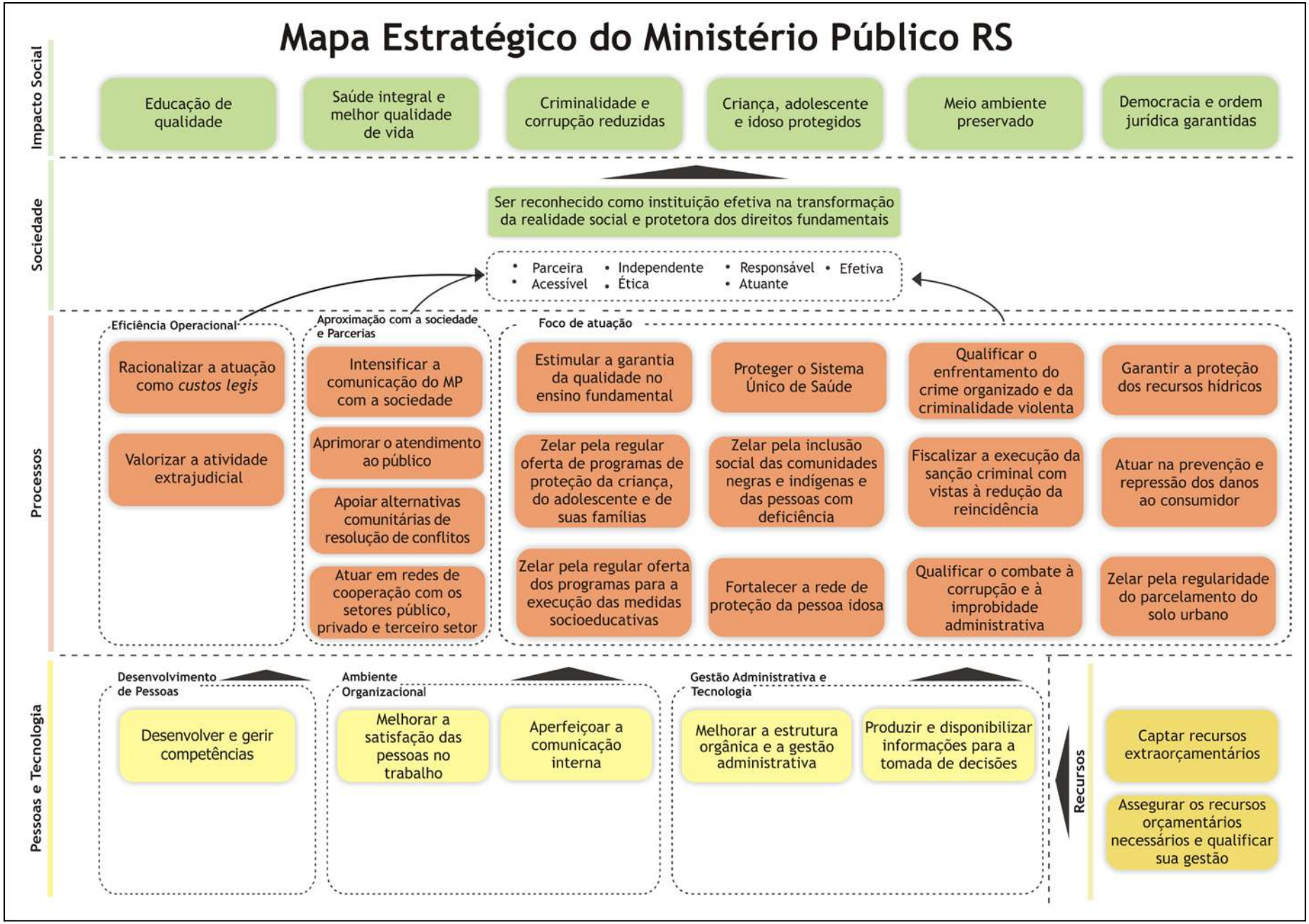
O Ministério Público possui, desde 2008, um modelo de gestão baseado na metodologia do *Balanced Scorecard*. Deste modo, a estratégia institucional é traduzida em objetivos, indicadores, metas e projetos. Além disso, o modelo prevê a análise periódica dos resultados alcançados e a realização de reuniões de gestão para avaliação e tomada de decisões com vistas a garantir o seu alcance, bem como para a correção de rumos, caso necessário.

No ano de 2009, com a mudança da gestão do Ministério Público, houve um processo de revisão dos objetivos, indicadores, metas e projetos, com vistas ao aperfeiçoamento da estratégia institucional.

Mapa Estratégico

É a representação gráfica da estratégia e evidencia os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. O Mapa é estruturado por meio de objetivos, distribuídos nas perspectivas organizacionais, interligados por relações de causa e efeito.

O processo de revisão já mencionado culminou na reformulação do Mapa Estratégico do Ministério Público, o qual foi validado a partir de consulta aos Promotores de Justiça nas 16 Regiões Administrativas do Estado.


Mapa Estratégico do Ministério Público RS
Impacto Social
Sociedade
Processos
Pessoas e Tecnologia
Educação de qualidade
Saúde integral e melhor qualidade de vida
Criminalidade e corrupção reduzidas
Criança, adolescente e idoso protegidos
Meio ambiente preservado
Democracia e ordem jurídica garantidas
Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais
• Parceira • Independente • Responsável • Efetiva
• Acessível • Ética • Atuante
Eficiência Operacional
Racionalizar a atuação como custos legis
Valorizar a atividade extrajudicial
Aproximação com a sociedade e Parcerias
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade
Aprimorar o atendimento ao público
Apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos
Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor
Foco de atuação
Estimular a garantia da qualidade no ensino fundamental
Proteger o Sistema Único de Saúde
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta
Garantir a proteção dos recursos hídricos
Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e de suas famílias
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência
Fiscalizar a execução da sanção criminal com vistas à redução da reincidência
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor
Zelar pela regular oferta dos programas para a execução das medidas socioeducativas
Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa
Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano
Desenvolvimento de Pessoas
Desenvolver e gerir competências
Ambiente Organizacional
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho
Aperfeiçoar a comunicação interna
Gestão Administrativa e Tecnologia
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões
Recursos
Captar recursos extraorçamentários
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão

Portfólio de Projetos Estratégicos

Programas e projetos estratégicos são iniciativas que auxiliam as organizações no alcance dos desafios impostos pelas metas de longo prazo e estão diretamente associados à implementação da estratégia. Desse modo, o portfólio compreende o conjunto de projetos institucionais com a finalidade de alcançar os objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do Ministério Público.

A partir da revisão do mapa decidiu-se pela manutenção de alguns projetos que já estavam sendo operacionalizados e pelo desenvolvimento de novos com vistas a contribuir com o alcance dos objetivos estabelecidos. No quadro a seguir é apresentado o portfólio de projetos estratégicos do Ministério Público no ano de 2009:

Objetivo	Projeto	Descrição
Racionalizar a atuação como custos *legis*	Racionalização da atuação custos *legis*	Pretende-se revisar as atribuições como custos *legis* com a finalidade de racionalizar as atividades, privilegiando aquelas com maior impacto social.
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	Prêmio Estudantil	Busca-se com o projeto valorizar a produção de trabalhos (redações e desenhos) que retratarem as competências e atribuições constitucionais do Ministério Público. É direcionado para crianças e adolescentes da rede pública de ensino fundamental.
	Prêmio Monografia Jurídica	O projeto busca despertar nos estudantes do curso de Direito o interesse acadêmico na Instituição através de premiação ao melhor trabalho monográfico envolvendo a temática Ministério Público.
	Rádio Escuta	Trata-se de um projeto piloto de rádio escuta, monitorando-se, diariamente, os programas de duas das principais rádios de Porto Alegre com abrangência estadual/ nacional, com o intuito de possibilitar pronta resposta do Ministério Público quando abordadas temáticas de interesse institucional.
	Guia de Comunicação	Produção de Guia de Comunicação com dicas importantes para o trato diário com a mídia externa. O Guia pretende contribuir, ainda, para a unificação da imagem institucional e melhoria da comunicação do Ministério Público com a sociedade.
	Prêmio Jornalismo	O projeto tem como objetivo premiar as matérias - reportagens de TV, rádio e jornal - que melhor retratem a função social do Ministério Público.

Objetivo	Projeto	Descrição
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	Avaliação das inserções positivas do MP na Mídia - Centimetragem	Busca-se através do projeto fazer a análise mensal das inserções do Ministério Público na mídia, mensurando-se as matérias com impacto positivo e negativo.
	Conhecendo o Ministério Público - um guia para a imprensa	Produção de um guia prático destinado aos jornalistas, enfocando as atribuições e a organização do Ministério Público com o intuito de permitir um maior conhecimento sobre o Ministério Público .
Aprimorar o atendimento ao público	Atendimento ao Público nas Promotorias	O projeto visa ao aperfeiçoamento e à padronização das rotinas de atendimento aos cidadãos nas Promotorias de Justiça, conforme metodologia definida no projeto de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público.
	Atendimento ao público na sede do MP	Pretende-se implementar o atendimento ao público na Sede do MP (Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80), a ser executado nos termos propostos pela metodologia definida no projeto de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público.
Apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos	Justiça juvenil restaurativa na comunidade	Pretende-se implantar e manter, em regime experimental de 12 meses, quatro (04) Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa em Porto Alegre, nas comunidades dos bairros Lomba do Pinheiro, Vila Bom Jesus, Vila Cruzeiro e Restinga.
Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor	Regionalização do projeto Alquimia	Pretende-se instalar unidades do Projeto Alquimia – Transformando "caça-níqueis“ em inclusão social – em cidades pólo do interior do Estado, pelo menos uma por núcleo regional.
Estimular a garantia da qualidade no ensino fundamental	Fiscalização da Rede de Educação Infantil (Piloto: Porto Alegre - Lomba do Pinheiro)	Pretende-se realizar a fiscalização da rede de escolas de educação infantil verificando a situação atual dos serviços prestados para, a partir deste diagnóstico, propor soluções que proporcionem melhorias na qualidade. (Piloto: Porto Alegre- Lomba do Pinheiro).
	Escola Luz	O projeto tem por objetivo desenvolver ações locais que estimulem a melhoria da qualidade do ensino fundamental, com foco inicial nos 40 municípios que apresentam os piores índices de evasão e repetência.
Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e de suas famílias	Fiscalização da Rede de Abrigos	Pretende-se através da fiscalização das redes de abrigos identificar aquelas instituições que apresentaram inadequações, visando a sua superação e intensificação do processo de reordenamento dos abrigos.
	Proteção Social Articulada	O projeto propõe-se a estimular a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no estado do Rio Grande do Sul, bem como o controle social da política.

Objetivo	Projeto	Descrição
Zelar pela regular oferta dos programas para a execução das medidas socioeducativas	Livre Socioeducar	O projeto prevê: levantamento dos municípios que oferecem programas de medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul; implementação dos programas de atendimento a adolescentes infratores em todos os municípios do Estado; identificação das principais causas do mau funcionamento dos projetos no âmbito municipal; ampliação e qualificação dos serviços de atendimento socioeducativo não privativos de liberdade implantados.
Proteger o Sistema Único de Saúde	Saúde Preventiva	O projeto visa avaliar o estágio de implementação da Estratégia de Saúde em Família, a partir do mapeamento do número de equipes da ESF habilitadas e capacitadas em planejamento familiar, buscando sua adoção nos municípios em que está ausente e regularização desta, naqueles municípios em que não estiver implementada adequadamente.
	Programação Pactuada Integrada	O projeto tem por finalidade incentivar a instalação e o pleno funcionamento das PPI's nas regiões do estado. A Programação Pactuada Integrada – PPI é um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde onde são definidas e quantificadas as ações de saúde para a população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios.
	Fortalecer o Controle Social	O presente Projeto visa fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde, responsáveis pelo controle social da saúde, por meio da regularização de sua composição, buscando um equilíbrio em sua representação, bem como capacitar os Conselheiros Municipais de Saúde, proporcionando qualificação específica, e sanar dúvidas sobre saúde pública.
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência	Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais	Objetiva fiscalizar a aplicação da lei que torna obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio (conforme redação atual dos arts. 26 e 26-A da Lei federal nº 9.394/96 – LDB).
Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa	Interiorização da fiscalização das instituições de longa permanência para idosos (ILPIs)	Pretende-se assessorar o desenho da política municipal de Assistência Social no que tange ao acolhimento do idoso em instituições de longa permanência e realizar vistorias em entidades de atendimento, conforme demandas das Promotorias de Justiça.

Objetivo	Projeto	Descrição
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta	Criação e Estruturação do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	O projeto prevê a estruturação de Núcleo de Apoio para o fortalecimento da atuação institucional no combate à violência doméstica e familiar, com desenvolvimento de uma gestão do conhecimento que permita aos Promotores de Justiça qualificar suas intervenções judiciais e extrajudiciais para garantir a adoção de mecanismos eficazes à proteção física e moral da mulher vítima de violência, além de promover a sensibilização e a construção de uma cultura de proteção à família e à mulher em situação de risco, realizar levantamento das redes de proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar em todo o Estado e campanhas educativas sobre o tema.
	Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro	Pretende-se implantar Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro nos termos do modelo do Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, com a previsão de ações de capacitação e treinamento de servidores, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação.
Fiscalizar a execução da sanção penal com vistas à redução da reincidência	Limitação de Final de Semana	Pretende-se incrementar e incentivar o estabelecimento de sanções alternativas, especialmente quanto à Limitação de Fim de Semana, como forma de colaborar com a redução da reincidência.
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa	O que você tem a ver com a corrupção	O projeto tem por finalidades: tratar o problema da corrupção sob o enfoque preventivo; marcar a retomada da campanha, coincidindo com o início do ano letivo e ano eleitoral; realizar um projeto-piloto em uma escola da rede pública, objetivando o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos com ênfase em: valores, ética, cidadania, identidade, identificação e prevenção da corrupção, bullying, evasão fiscal, pirataria. Além da realização de projetos pedagógicos pontuais, buscar-se-á habilitar os professores a inserirem esses temas no dia-a-dia do ensino das disciplinas curriculares.
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa	Banco de dados dos preços de bens e serviços necessários à Administração Municipal	Pretende-se disponibilizar aos Promotores de Justiça, mecanismo que facilite a identificação de possíveis irregularidades nas aquisições de bens e serviços pelas administrações municipais através da disponibilização de um banco de dados de consulta de preços.
Garantir a proteção dos recursos hídricos	Criação de Promotoria de Justiça Regional com base na bacia hidrográfica	Pretende-se, em piloto, estabelecer as atribuições da Promotoria de Justiça Regional, definir o regulamento interno, formatar a configuração física, procedimental e técnica para garantir a execução dos inquéritos civis de forma regional.

Objetivo	Projeto	Descrição
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor	Não ao Apagão	Busca-se orientar a atuação das Promotorias de Justiça através de TAC, realizando um acompanhamento mais intenso no sentido de aferir a qualidade da energia elétrica, a observância dos ajustes, propiciando a compensação quando houver falha no serviço.
	Consumidor Consciente	Pretende-se, com o projeto, a realização de palestras, reuniões e disponibilização de cartilhas voltadas à informação dos consumidores, com enfoque interinstitucional e interdisciplinar.
Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano	Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas	O projeto tem por objetivo promover a criação de Planos Diretores ou Leis de Diretrizes Urbanas para os municípios com mais de 15.000 habitantes, aglomerações urbanas e municípios das regiões metropolitanas. Serão identificados os municípios que ainda não possuem Lei de Diretrizes Urbanas e/ou Planos Diretores. Em relação aos municípios obrigados a possuírem Plano Diretor e que não atendam esta determinação, serão divulgadas orientações para a propositura de ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e assinaturas de TACs. Além disso, será fomentada a criação de Leis de Diretrizes Urbanas ou Planos Diretores em municípios com mais de 15.000 e menos de 20.000 habitantes.
	Adequação dos Planos Diretores	Busca-se com o projeto, o mapeamento dos Municípios que possuem obrigatoriedade na elaboração de Planos Diretores, considerando o art.41, incs. I e II, do Estatuto da Cidade, e posterior avaliação quanto ao conteúdo de tais leis, e identificação com as determinações do Estatuto da Cidade, para que sejam tomadas providências, em caso de desatendimento à Lei nº 10.257/01.
Desenvolver e gerir competências	EAD - Tecnologia para educação à distância	O projeto prevê a criação de plataforma de educação à distância com a possibilidade da produção, gerenciamento e transmissão de objetos educacionais por meios multimídia.
	Reformulação do Programa de Formação de Gestores	O projeto tem como objetivo reformular o programa de gestores propondo novos conteúdos, módulos e metodologias
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Pesquisa de Clima	O projeto prevê a aplicação de pesquisa com vistas a aferir a satisfação de membros e servidores em relação a diferentes dimensões relacionadas ao trabalho na instituição, sendo que seus resultados embasarão projetos de melhoria.
	Ginástica Laboral	O projeto busca a introdução de práticas de ginástica laboral no Ministério Público por meio de uma sensibilização sobre seus benefícios, bem como uma orientação prática para que as pessoas possam, por conta própria, praticar os exercícios diariamente.

Objetivo	Projeto	Descrição
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Ampliação da Assistência Odontológica	O projeto tem por objetivo colocar em funcionamento um segundo consultório dentário nas dependências do Serviço Biomédico para prestar assistência.
	Acompanhamento de Servidores	O projeto tem por objetivo criar um programa de acompanhamento de servidores com dificuldade de desempenho em suas atividades, que tenha como causa, em tese, a dificuldade em lidar com problemas de ordem pessoal. O programa não terá vínculo com a atividade disciplinar e de avaliação (estágio probatório, avaliação permanente etc.) para que não seja entendido como algo punitivo, e sim de auxílio.
	Saúde do Trabalhador	Busca-se desenvolver, na sede institucional, programa permanente de controle de indicadores relacionados à saúde do trabalhador, como taxa de açúcar, colesterol, peso etc., assim como promover o encaminhamento para profissionais de saúde quando necessário.
	Revisão de Atividades Insalubres	Busca-se identificar atividades insalubres e avaliá-las, a fim de se verificar se todas as medidas necessárias são tomadas para preservar a saúde do trabalhador.
	Ergonomia	O projeto consiste na elaboração de um Programa de Ergonomia para o Ministério Público baseado no conceito de Macroergonomia, observando os aspectos físicos, cognitivos e organizacionais do trabalho. O Programa de Ergonomia será elaborado na Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho, por uma equipe multidisciplinar, devendo a primeira fase conter projetos a serem implementados durante o período de 2009 a 2013.
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Plano de Cargos, Carreiras e Salários	Pretende redesenhar os cargos e criar uma política salarial para os servidores do Quadro de Provimento Efetivo da PGJ, com plano de carreira e sistema de recompensas baseado no mérito e na formação continuada.
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Comitê de RH	O projeto objetiva a união de esforços dos vários setores que trabalham com RH, no âmbito do Ministério Público, para a busca de soluções conjuntas a fim de padronizar situações comuns, ou não, gerais ou específicas que surgem quando da adminstração de pessoas; visa, ainda, desenvolver o espírito de trabalho em equipe, melhorando, inclusive, o fluxo da comunicação interna com o tratamento das questões envolvendo RH.
Aperfeiçoar a comunicação interna	Modernização da página da Intranet	Pretende-se com o projeto a reestruturação da página da intranet para melhorar a sua usabilidade, dividindo-a em portais para que haja um enxugamento da página inicial, permitindo, assim, uma visão mais coerente das informações e sistemas.

Objetivo	Projeto	Descrição
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa	PROPAD – Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público	O objetivo do PROPAD é implantar a padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas nas Promotorias de Justiça, bem como a padronização da organização da sua estrutura funcional, aqui entendida como um modelo de disposição de órgãos (padrão organizacional) e funções a serem executadas pelos diversos cargos existentes. Também visa à implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça.
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa	Regionalização e gestão compartilhada	Pretende democratizar e dar mais transparência à gestão administrativa do Ministério Público, com a criação, do Conselho de Gestão Compartilhada, do Coordenador Administrativo Regional e do Diretor de Promotorias.
	Reestruturação da Procuradoria de Fundações	Pretende ampliar as atividades da Procuradoria de Fundações, com a inclusão do apoio às entidades do Terceiro Setor.
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões	SPU-Serviço e Sistema de Protocolo Unificado do Ministério Público	Pretende-se com o projeto a criação e implementação de um sistema de Protocolo Unificado no Ministério Público, com a possibilidade de detectar informações sobre recebimento ou produção da informação, registro das providências, registro dos encaminhamentos e registro do destino.
	Taxonomia	Pretende levantar a necessidade de dados, propor a sua classificação de forma estruturada e sua aderência aos processos padronizados no âmbito do MP-RS e a classificação produzida ao junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, para a consolidação em nível nacional.
	Governança de TI	Através do projeto, pretende-se propor e apoiar a implementação de um conjunto de ações visando à Governança em Tecnologia da Informação alinhada à gestão estratégica.
	Inquérito civil eletrônico	Pretende-se com o projeto a definição dos requisitos, modelos e normativa para adequar o Inquérito Civil ao previsto na Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
Captar recursos extra-orçamentários	Assessoria de Suporte a Projetos	Pretende-se estruturar área habilitada a prestar suporte na elaboração, gestão e prestação de contas de Projetos Estratégicos do Ministério Público.
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão	Apropriação de custos	Pretende implementar metodologia que viabilize a mensuração de todos os itens de despesas em cada área ou em cada projeto considerado estratégico pela Administração, de forma que se estabeleça uma relação custo-benefício que permita avaliar a real eficácia da ação ou do projeto.

GESTÃO COMPARTILHADA

O projeto de Gestão Compartilhada tem como propósito fomentar a descentralização da gestão administrativa, promover a integração entre os órgãos de Administração e Execução e fortalecer a transparência e a democracia no âmbito institucional.

Uma das medidas da descentralização administrativa foi concretizada já em 2009, por meio do Provimento n.º 57, que criou o Conselho de Gestão Compartilhada, responsável por opinar em questões administrativas e institucionais, elencar prioridades do Ministério Público para fins de encaminhamento e decisões da Procuradora-Geral de Justiça, além de contribuir com a formulação dos projetos prioritários no âmbito da Gestão Estratégica do Ministério Público.

O Conselho de Gestão Compartilhada é composto pelo Presidente, membro da Administração Superior designado pela Procuradora-Geral de Justiça; por 16 Promotores de cada região do estado, escolhidos pelos Membros de cada uma das regiões; pelo Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível e pelo Coordenador da Procuradoria de Justiça Criminal.

Além disso, o Estado foi dividido em 16 regiões administrativas, definidas levando-se em conta aspectos como a facilidade de deslocamento dos Promotores e características sócio-econômicas de cada região.

O projeto prevê, ainda, a criação das figuras de Diretor de Promotorias e de Coordenador Administrativo Regional, os quais contribuirão na elaboração da proposta orçamentária anual da Instituição, além de exercerem funções de gestão administrativa na sua Comarca/ Região.

As reuniões ordinárias do Conselho de Gestão Compartilhada são realizadas trimestralmente, sendo que a primeira reunião aconteceu no dia 14 de dezembro de 2009.

1ª Reunião do Conselho de Gestão Compartilhada - 14/12/2009

Regiões Administrativas e respectivos representantes no Conselho de Gestão Compartilhada

Região	Comarcas	Representante
R1 Região das Missões	Campina das Missões, Catuípe, Cerro Largo, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Tucunduva.	• Titular: Janor Lerch Duarte • Suplente: Ricardo Melo de Souza
R2 Região do Médio Uruguai	Campo Novo, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Frederico Westphalen, Iraí, Nonoai, Palmeira das Missões, Planalto, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Santo Augusto, Sarandi, Seberi, Tenente Portela, Três Passos.	• Titular: Marcelo José da Costa Petry • Suplente: Dinamárcia Maciel de Oliveira
R3 Região Planalto	Campinas do Sul, Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Passo Fundo, São Valentim, Soledade, Tapejara, Tapera.	• Titular: Mário Luiz Guadagnin • Suplente: Luciano Vaccaro
R4 Região do Alto Jacuí	Augusto Pestana, Cruz Alta, Ibirubá, Ijuí, Panambi, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Tupanciretã.	• Titular: Felipe Teixeira Neto • Suplente: Tânia Maria Schneider Cavalini
R5 Região da Serra	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Veranópolis.	• Titular: Adrio Rafael Paula Gelatti • Suplente: Elcio Remini Meneses
R6 Região do Vale do Taquari	Arroio do Meio, Arvorezinha, Encantado, Estrela, General Câmara, Guaporé, Lajeado, Taquari, Teutônia, Triunfo, Venâncio Aires.	• Titular: Neidemar José Fachinetto • Suplente: Rosangela Mazzuco
R7 Região dos Campos de Cima da Serra	Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro,Vacaria	• Titular: Eduardo Só dos Santos Lumertz • Suplente: Luziharin Carolina Tramontina

Região	Comarcas	Representante
R8 **do Vale do Rio Pardo**	Arroio do Tigre, Cachoeira do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Vera Cruz.	• Titular: João Ricardo Santos Tavares • Suplente: Elemar Gräbner
R9 **Região Central**	Agudo, Cacequi, Faxinal do Soturno, Jaguari, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul.	• Titular: Sandro Loureiro Marones • Suplente: Fernando Chequim Barros
R10 **Região da Fronteira Oeste**	Alegrete, Itaqui, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana.	• Titular: Alessandra Moura Bastian da Cunha • Suplente: Carolina Barth Loureiro
R11 **Região da Campanha**	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel.	• Titular: Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca • Suplente: Sérgio Cornelles Matheus
R12 **Região Sul**	Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul.	• Titular: Rogério Meirelles Caldas • Suplente: Paulo Roberto Gentil Charquero
R13 **Região do Litoral**	Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandaí.	• Titular: Luciana Cano Casarotto • Suplente: Caroline Gianlupi
R14 **Região Metropolitana**	Campo Bom, Dois Irmãos, Esteio, Igrejinha, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas.	• Titular: José Nilton Costa de Souza • Suplente: Rodrigo da Silva Brandalise
R15 **Região Metropolitana do Delta do Jacuí**	Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Barra do Ribeiro, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Ivoti , Portão, São Jerônimo, Tapes, Viamão.	• Titular: André Fernando Janson Carvalho Leite • Suplente: Ivana Kist Huppes Ferrazzo
R16 **Região Porto Alegre**	Porto Alegre.	• Titular: Alexandre Sikinowski Saltz • Suplente: Carmen Guilhembernard Kosachenco

Áreas de Atuação

Áreas de Atuação

Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes focos de atuação. Neste contexto, destacam-se algumas realizações e projetos.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Objetivos e Projetos Estratégicos

Na área da Infância e Juventude, o Ministério Público possui como objetivos e projetos:

Estimular a garantia da qualidade do ensino fundamental

- **Projeto Escola Luz**

  Desenvolvido em parceria com diversos órgãos externos, como a Associação Estadual dos Conselhos Tutelares, Associação dos Orientadores Escolares e Secretarias Municipais de Educação, entre outros, o projeto objetiva desenvolver ações locais que estimulem a melhoria da qualidade da educação, por meio da redução de índices de repetência e evasão escolar. Inicialmente será implantado nos municípios que apresentaram piores índices de evasão e repetência escolar, com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Educação.

Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e de suas famílias

- **Projeto Proteção Social Articulada**

  Objetiva fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fomentando a implementação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos municípios, além de articular as redes de proteção de crianças e adolescentes. Foram realizadas reuniões com os responsáveis pela coordenação do CREAS no Estado, com vistas ao conhecimento da realidade dos serviços assistenciais existentes e a definição da metodologia a ser implantada no projeto.

Zelar pela regular oferta dos programas para execução das medidas socioeducativas

- **Projeto Livre Socioeducar**

  Busca fomentar a implementação dos programas municipais de execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul, bem como melhorar a qualidade dos serviços de atendimento socioeducativo não privativos de liberdade. Em 2009, procedeu-se ao levantamento dos programas existentes em Porto Alegre, identificando as entidades que os executam.

Ações Realizadas

A atuação do Ministério Público na área da infância e juventude é destacada por diversas ações realizadas em âmbito institucional ou local:

- **Conselhos Tutelares**

  No ano de 2009, por atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram criados 131 Conselhos Tutelares Municipais, atendendo ao disposto na legislação que regulamenta o assunto. Atualmente 96% dos Municípios gaúchos possuem Conselho Tutelar, o que totaliza 478 Municípios em situação regular.

- **Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente – FICAI**

  A FICAI, instrumento para enfrentar a infreqüência e a evasão escolar está, atualmente, implementada em 93% dos Municípios do Rio Grande do Sul.

- **Reedição do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação permanente**

  O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Normas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos, bem como novas leis relacionadas à criança e ao adolescente, foram revistas e atualizadas até dezembro de 2009. A partir de 2010 a legislação atualizada será distribuída aos Promotores e Procuradores de Justiça com atuação na matéria e a diversas instituições de proteção e defesa da infância e da juventude, tais como Conselho Tutelar, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Escolas da Rede Pública de Ensino, Faculdades de Direito, entre outros.

- **VII Jornada Estadual contra Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

  Em continuidade ao tema "Sensibilização: um novo olhar e uma nova consciência", a VII Jornada teve como foco central a pedofilia na internet. Foram realizadas 10 audiências públicas, nas cidades de Santa Maria, Panambi, Frederico Westphalen, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves, Soledade, Santo Ângelo, Santana do Livramento, Tramandaí e Porto Alegre, alcançando um público estimado em 3.500 pessoas. Sob a coordenação do Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Assembleia Legislativa e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, as audiências públicas têm sido espaço para denúncias, reflexões e encaminhamentos de propostas que buscam a melhoria da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Audiência realizada em Bento Gonçalves – 25/09/2009

Encerramento da VII Jornada na Assembléia Legislativa em Porto Alegre – 24/11/2009

- **Protocolo de Ação Conjunta voltado para o enfrentamento e combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes**

  O Ministério Público celebrou Protocolo de Atuação Conjunta com a Empresa de Correios e Telégrafos e outras instituições visando apoiar a ação governamental voltada ao enfrentamento das situações de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir da parceria, será possível capacitar multiplicadores de informações para que atuem como agentes de mobilização e esclarecimento da população e, dessa forma, sejam evitados e reduzidos os casos de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Cerimônia de assinatura do protocolo de ação conjunta – 06/08/2009

- **Nova Lei de Convivência Familiar**

  A Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, introduziu significativas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relativas ao direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, tanto no que se refere aos aspectos de direito material – introdução de novos institutos e alterações de outros – quanto em relação às atribuições extrajudiciais do MP, procedimentos e competência do Juizado da Infância e Juventude para a aplicação da medida de acolhimento familiar e institucional. Com a finalidade de estudar as alterações na referida legislação e propor orientações institucionais relativas à matéria, foi designada comissão específica, formada por membros com atuação na área. E, em outubro de 2009, foi realizado o Seminário da Nova Lei de Convivência Familiar com vistas a apresentar, debater e aperfeiçoar as proposições para a atuação institucional na área em decorrência das modificações ocorridas.

Abertura do Seminário Alterações da Nova Lei da Convivência Familiar – 16/10/2009

- **Telefone 100 – Disque-denúncia de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**

  O Disque Denúncia é um serviço de discagem direta e gratuita disponível para todos os estados brasileiros e tem como objetivo acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, buscando interromper a situação revelada. Desde 1999 o Ministério Público passou a receber as denúncias captadas pelo disque-denúncia nacional, gerido pela Presidência da República, por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos. As denúncias captadas são enviadas ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público que encaminha aos Promotores de Justiça com atuação na localidade dos fatos. Em 2009 foram recebidas, por intermédio do Ministério Público, 1.602 denúncias de exploração, abuso, maus-tratos e/ou lesão contra crianças e adolescentes.

- **Trabalho Educativo no âmbito do MP**

  Foi regulamentado o trabalho educativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do Ministério Público, por meio do provimento nº 66/2009, para a acolhida dos adolescentes e sua lotação nos diversos setores da Procuradoria-Geral de Justiça. O Trabalho Educativo, assim definido na Lei nº 8.069/90, destina-se a receber adolescentes encaminhados por Entidades de Atendimento Socioeducativo, governamentais ou não-governamentais sem fins lucrativos, com as quais o Ministério Público mantenha convênio, com a finalidade de proporcionar desenvolvimento pessoal e social por meio de experiência profissional.

Assinatura do provimento nº 66/2009 – 02/12/2009

- **Família, Escola e Comunidade em paz**

  O projeto, desenvolvido pela Promotoria de Bento Gonçalves, objetiva a mobilização de comunidades em condições de vulnerabilidade por meio de uma reflexão do fazer não violento, promovendo o fortalecimento das relações familiares e sociais, a partir do espaço aberto pela escola. A partir de uma escola estadual, no ano de 2009, foram realizadas visitas de Assistentes Sociais às famílias para realização de acompanhamento social, oficinas realizadas por Psicóloga com grupos de pais/responsáveis, crianças e educadores, encaminhamento e acompanhamento de crianças/adolescentes a oficinas de Informática, escolinhas de futebol e escolinhas de vôlei, encaminhamento para profissionais de saúde e atividades de final de semana na escola. Para o ano de 2010 está prevista a replicação do projeto para 12 escolas.

- **Registre seu filho**

  Foi desenvolvido, na Promotoria de Passo Fundo, projeto para atuação em rede entre a Promotoria da Infância e Juventude, o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Conselhos Tutelares, Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) e Hospital da Cidade (HC). Desde 2001, a interação entre as entidades possibilita que os pais registrem seus filhos recém-nascidos ainda na maternidade, dispensando custos e burocracias.

Reunião do projeto na Promotoria de Passo Fundo

- **Pai Presente**

  Uma iniciativa instituída com êxito em São Sebastião do Caí pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Município, que visa garantir a participação do pai no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Parte da premissa de que a ausência de uma figura paterna efetiva que o filho goste e admire, que possa educar, compreender e orientar, é muito prejudicial à vida do indivíduo. Após a identificação de crianças e adolescentes que não possuam paternidade registral, é buscada a regularização dessa situação, para que os pais participem efetivamente da vida de seus filhos. Dentre os objetivos estão a diminuição de problemas como a evasão escolar, comportamentos anti-sociais, delinqüência juvenil e consumo de drogas.

- **Fórum Municipal de Enfrentamento à Drogadição**

  No ano de 2009 ocorreu a consolidação do Fórum Municipal de Enfrentamento à Drogadição e Exploração Sexual do município de Lajeado, que conta com a coordenação do Ministério Público e a participação da Prefeitura Municipal, de escolas, da Brigada Militar, da Polícia Civil e de entidades civis. Do Fórum resultaram a criação o Plano de Enfrentamento ao Fenômeno da Drogadição no Município de Lajeado e a adesão do município ao Programa de Prevenção da Violência, do governo estadual.

Lançamento do Plano Municipal de Lajeado de Enfrentamento à Drogadição – 18/07/2009

- **Planejamento Familiar nas Escolas**

  Inclusão de disciplina referente ao Planejamento Familiar nos currículos das escolas municipais do município de São Sepé (5ª a 8ª séries), onde crianças e adolescentes terão a oportunidade de receber informações, a serem trabalhadas na sala de aula, sobre temas como sexualidade, gravidez na adolescência e homossexualidade, a ser implantada no ano letivo de 2010. A abordagem dos conteúdos terá como objetivo desenvolver nos jovens a consciência sobre determinados aspectos como o tempo certo para se ter filhos e o quanto se gasta para sustentar cada criança. A iniciativa é da Promotoria de São Sepé, em cooperação com a Prefeitura Municipal, Secretarias da Saúde e de Educação, educadores, Conselheiros Tutelares e Comdica.

- **Projeto Yacamin**

  Em março, durante a solenidade de lançamento do Programa Yacamin em Carazinho, foi assinado Termo de Cooperação que tem como objeto a implementação e sustentabilidade do Programa Yacamim no ano de 2009, no município de Carazinho. Desenvolvido desde 2007 no Município, o projeto tem como objetivo diminuir o consumo de álcool e outras drogas entre os jovens e adolescentes através de oficinas nas áreas de esporte, educação, lazer, cultura e profissionalização. O programa é fruto de uma caminhada da rede de atendimento da criança e do adolescente de Carazinho.

Atuação Funcional – Dados do Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público

1 – Matéria Cível

1.1 – Atuação Extrajudicial

Notícias/representações/reclamações recebidas	**12.323**
Peças de informações e inquéritos civis instaurados	**750**
Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	**10.800**
Indeferimento de instauração	**142**
Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	**6.289**
Manifestações diversas em expedientes	**122.438**
Vistorias realizadas pessoalmente	**481**
Recomendações	**189**
Compromissos de ajustamento firmados	**142**
Promoções de arquivamento	**8.938**
Participação em reuniões e eventos	**1.600**
Audiências públicas/reuniões realizadas	**1.034**
FICAIs recebidas	**5.450**
Comunicações de internação compulsória recebidas	**1.384**

1.2 – Atuação Judicial

Ações civis ajuizadas no período	**823**
Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas	**280**
Medidas de proteção propostas no período	**1.864**
Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	**583**
Razões e contra-razões de recursos	**902**
Pareceres	**6.679**
Promoções diversas	**54.831**

2 – Matéria Criminal

Inquéritos policiais recebidos no período	**2.107**
PICs instaurados no período	**255**
PICs em tramitação	**892**
Pedidos de diligências sem denúncia	**146**
Denúncias oferecidas	**289**
Pedidos de arquivamento	**737**

3 – Ato Infracional

Expedientes recebidos no período	**35.012**
Pedidos de diligências	**5.817**
Pedidos de arquivamento	**10.039**
Audiências de apresentação realizadas	**14.151**
Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	**1.920**
Remissões concedidas, com aplicação de medidas	**6.869**
Representações oferecidas	**6.417**
Internações provisórias requeridas	**709**

3.1 – Adolescentes Representados

Total de adolescentes representados	**7.695**
Representados por homicídio doloso, consumado ou tentado, simples ou qualificado:	**299**
Outros atos infracionais	**7.867**

3.2 – Fase Judicial

Manifestações diversas na fase de conhecimento	**17.374**
Debates orais	**889**
Memoriais	**2.608**
Recursos interpostos pelo Ministério Público	**506**
Contra-razões de recursos	**1.400**
Promoções na fase de execução de medida socioeducativa	**12.831**

3.3 – Medidas Socioeducativas Aplicadas

Advertência	**4.024**
Prestação de serviço à comunidade	**2.299**
Liberdade assistida	**254**
Internação com atividades externas	**26**
Internação sem atividades externas	**81**

4 – Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre

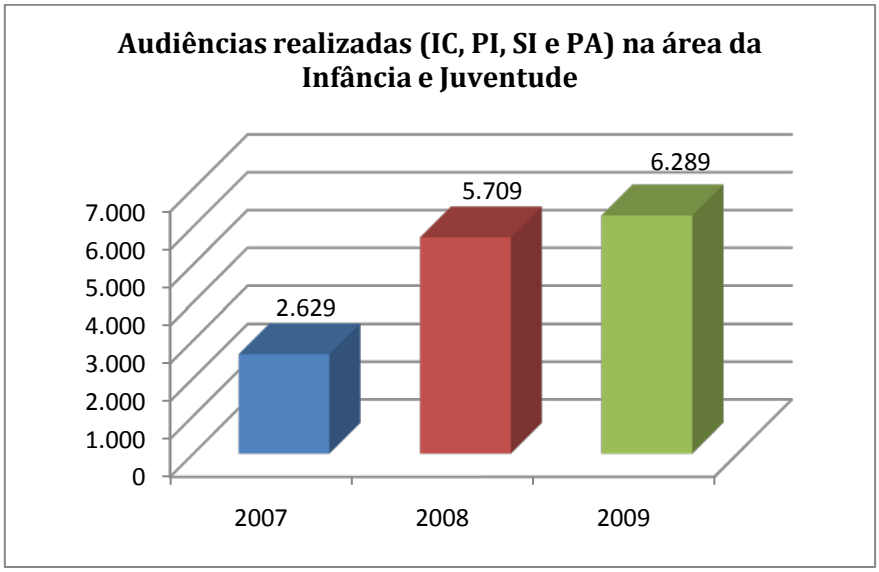
Adolescentes infratores apresentados	**876**
Representações contra adolescentes	**492**
Pedido de internação de adolescente	**444**
Pedido de outras medidas de proteção	**159**

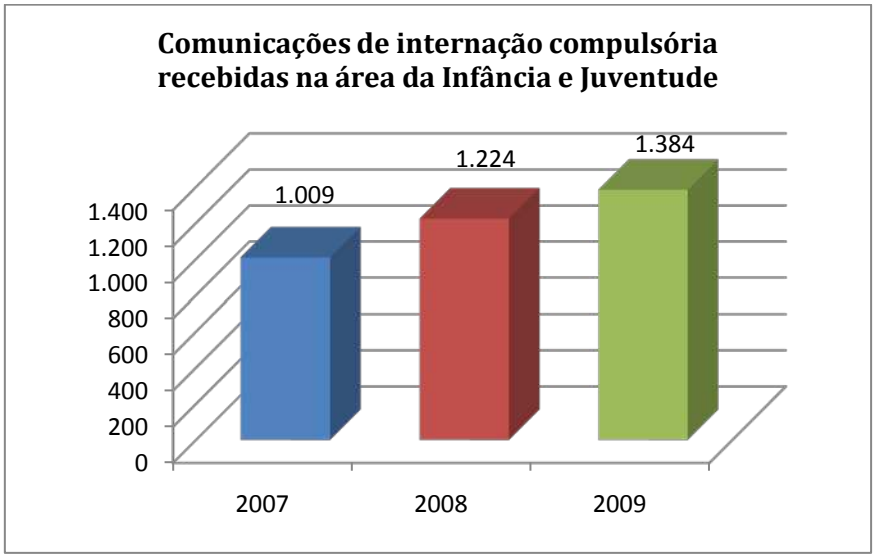
5 – Dados Gerais

Crianças/adolescentes abrigados no período	**3.307**
Total de crianças/adolescentes abrigados	**11.395**
Entidades de abrigamento existentes no Estado	**584**
Audiências judiciais assistidas	**22.241**

Dados Estatísticos

A atuação ministerial na área da Infância e Juventude vem sendo intensificada, conforme apresentado nos gráficos a seguir:





Os dados revelam um crescimento das audiências realizadas a cada ano, com um acréscimo de aproximadamente 140% em relação a 2007. Já as comunicações de internação compulsória recebidas cresceram 38,7% comparando-se com o mesmo ano.

DIREITOS HUMANOS

Na área da Defesa dos Direitos Humanos o Ministério Público elegeu como prioridades a saúde, o idoso e a inclusão das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência, para as quais foram direcionadas suas ações, no sentido de garantir a efetivação das políticas públicas voltadas para tais temáticas.

Objetivos e Projetos Estratégicos

Proteger o Sistema Único de Saúde

- **Projeto Saúde Preventiva**

  Visando avaliar o estágio de implantação da Estratégia de Saúde em Família nos Municípios, foi realizado um diagnóstico situacional baseado em dados enviados pelas Promotorias de Justiça. A análise resultou em 105 pareceres só em 2009, sendo que, ao todo, foram feitos 141 pareceres, totalizando 415 municípios analisados. Essas análises são de grande relevância para a saúde de 7.717.956 pessoas, que representam 70% da população gaúcha. O projeto foi concluído, permanecendo a atividade como rotina e como indicador para o controle das políticas de saúde no Estado.

- **Projeto Programação Pactuada Integrada**

  Para tratar da Programação Pactuada Integrada (PPI) e do Pacto de Gestão foi realizada reunião com a Secretaria Estadual de Saúde. Foram pauta da reunião o processo de regionalização da saúde no Rio Grande do Sul e a compilação das PPIs municipais no Sistema de Programação Pactuada e Integrada (SISPPI). A partir da consolidação da PPI, os municípios passarão a receber recursos de acordo com as demandas que programam e atendem. Assim, o atendimento à população será mais bem organizado, evitando as filas que aumentam no atendimento em média complexidade, que é a demanda reprimida em algumas especialidades. Até o final do ano, cerca de 370 municípios enviaram a sua PPI municipal. Atualmente faltam serem entregues 44 PPIs municipais, que serão cobradas em 2010.

Reunião com Secretaria Estadual da Saúde – 18/12/2009

- **Projeto Fortalecer o Controle Social**

  No ano de 2009, foi construído o Projeto "Fortalecer o Controle Social" visando o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, através da regularização de sua composição e da capacitação de seus Conselheiros. A importância do projeto se expressa na necessidade de garantir participação igualitária dos segmentos sociais e aprimorar o entendimento de conceitos básicos em saúde pública. O controle social é fundamental para o eficiente cumprimento das políticas públicas de saúde. A execução do projeto será iniciada em 2010.

Fortalecer a Rede de Proteção da Pessoa Idosa

- **Projeto Fiscalização das Instituições de Longa Permanência**

  Objetiva assessorar o desenho da política municipal de Assistência Social no que tange ao acolhimento do idoso em instituições de longa permanência e realizar vistorias em entidades de atendimento, conforme demandas das Promotorias de Justiça. O Ministério Público reuniu-se com a FAMURS e a ASSEDISA, em 2009, a fim de que estas busquem a sensibilização das vigilâncias municipais em saúde para a importância do cumprimento das vistorias.

Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência

- **Projeto Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais**

  O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos iniciou, em 2009, uma série de ações para a inclusão das comunidades negras e indígenas. Dentre elas está o projeto Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais que visa à investigação e o estímulo da efetiva aplicabilidade do disposto na Lei federal nº 9.394/96 - LDB -, art. 26, caput e § 4º, e art. 26-A (cultura afro-brasileira e indígena) nos currículos escolares e planos de ensino das escolas municipais do RS, públicas e privadas.

Reunião com lideranças da comunidade negra no Estado – 17/12/2009

Ações Realizadas

- **Pacto pela Saúde**

  Com o objetivo de encontrar soluções para a organização da prestação dos serviços da área da saúde visando resolver o problema crônico da judicialização, foi realizado, em 17 dezembro de 2009, o debate Pacto pela Saúde – saída para judicialização, no auditório Mondercil Paulo de Moraes do Ministério Público. O Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais pactuado entre União, Estados e Municípios do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de promover inovações no processos e instrumentos de gestão. No final do evento, Famurs e Ministério Público firmaram um protocolo de intenções que estabelece medidas que possibilitem dar efetividade ao que a Constituição prevê, por meio da adoção de metodologia de planejamento e gestão sistêmicos com foco na saúde,

otimizando a rede de fornecimento de medicamentos, contribuindo para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

Painel realizado no evento – 17/12/2009

- **Debate sobre Estatuto de Igualdade Racial**

Como parte da 19ª Semana da Consciência Negra, sob o tema "Afirmação da negritude e o desenvolvimento local", ocorreu, na sede do Ministério Público, na manhã desta segunda-feira, 16, um debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial. O encontro, organizado pelo Ministério Público, por meio de Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, contou com a presença de representantes de diversas entidades gaúchas ligadas ao tema das três esferas: federal, estadual e municipal. Dentre os assuntos deliberados na reunião, destacam-se a proposta de inclusão de pontos, no Estatuto, que contemplem questões específicas do gênero feminino e a possibilidade de que sejam realizadas, daqui em diante, reuniões periódicas para dar seguimento às discussões.

Debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial – 16/11/2009

- **Seminário de Capacitação em Direitos Humanos**

  Com a finalidade de debater assuntos atinentes à atuação ministerial na área de Direitos Humanos, realizou-se seminário de capacitação nos dias 08 e 09 de outubro de 2009. No primeiro dia, foi realizada a conferência de abertura, intitulada "Direitos Humanos: Fundamentos, Instrumentos e Mecanismos", proferida pelo filósofo Paulo Cesar Carbonari e pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal de São Paulo, André de Carvalho Ramos. Ambos abordaram, respectivamente, os subtemas: Conceito de Direitos Humanos e Sistemas dos Direitos Humanos da ONU e Interamericano. No segundo dia de capacitação, foram apresentados painéis que trataram de temas específicos da área como Saúde, Idoso e Alimentação.

Palestra de abertura do Encontro – 08/10/2009

Painel que abordou o tema "Alimentação" – 09/10/2009

- **Termo de Cooperação firmado com o Instituto de Mama do Rio Grande do Sul**

  Foi assinado, em agosto de 2009, Termo de Cooperação entre o Ministério Público e o Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama), visando estimular ações de promoção e prevenção da saúde, especialmente buscando articular, colaborar e facilitar o levantamento de dados relativos à saúde da mama e ao câncer de mama nos municípios do Rio Grande do Sul. O acordo prevê o envio, via correio eletrônico, pelo Ministério Público, por intermédio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, do formulário denominado "Marco Zero", fornecido pelo Imama às Secretarias Municipais de Saúde de todo o Estado, para preenchimento. A partir disso, as Secretarias terão prazo de 60 dias para devolver o documento com as informações solicitadas diretamente ao Instituto da Mama. O material contém uma série de questionamentos que permitirão estabelecer um panorama sobre a situação de cada cidade gaúcha. "Quantas mulheres diagnosticadas com câncer de mama? Quantos óbitos em função da doença? Quantas mamografias foram realizadas pelo SUS? Existem agentes comunitários habilitados para exame de toque? Existe Programa de Saúde da Família no município?". Esses são algumas das perguntas que deverão ser respondidas pelas Secretarias de Saúde.

Assinatura do Termo de Cooperação – 06/08/2009

CONSUMIDOR

Objetivo e Projetos Estratégicos

Na área de Defesa do Consumidor, o Ministério Público possui como objetivo e projetos estratégicos:

Atuar na prevenção e repressão aos danos ao consumidor

- **Projeto Consumidor Consciente**

  O projeto visa informar aos consumidores, através de seminários, palestras e cartilhas informativas, seus direitos e as ações que podem ser tomadas no caso destes serem desrespeitados.

- **Projeto Não ao Apagão**

  Orientar a atuação das Promotorias de Justiça por meio de compromissos de ajustamento, realizando um acompanhamento mais intenso no sentido de aferir a qualidade da energia elétrica, a fim de garantir a observância dos ajustes e propiciar a compensação quando houver falha no serviço.

Ações Realizadas

- **Encontro "Desafios da Atuação do Ministério Público na Defesa do Consumidor"**

  Realizado em outubro de 2009, objetivou propiciar uma reflexão acerca da atuação do Ministério Público frente aos serviços públicos regulados e definir estratégias organizadas em termos de atuação institucional em relação à atuação extrajudicial na área do consumidor.

Painel realizado no encontro – 23/09/2009

- **Seminário "Energia Elétrica: Geração, Transmissão, Distribuição e Tarifas – Impactos Ambientais e Relação com os Consumidores"**

  O encontro, realizado no mês de dezembro de 2009, pelo Centro de Apoio de Defesa do Consumidor juntamente com o Comitê de Energia da Câmara Americana de Comércio, teve por finalidade debater temas relacionados ao modelo energético vigente no Brasil e o trabalho das distribuidoras de eletricidade.

Abertura do Seminário – 10/12/2009

- **Combate à adulteração de combustíveis**

  Em operação conjunta realizada pela Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor e pela Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, em dezembro, foram lacradas bombas e tanques de álcool de um posto de Santo Ângelo, que estava comercializando o produto com teor alcoólico abaixo do determinado na legislação vigente.

A atividade de combate à comercialização de combustíveis impróprios ou adulterados da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor em conjunto com Promotorias do interior já desencadeou 173 ações similares. Além disso, em março de 2009 foi assinado convênio entre o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Secretaria de Segurança Pública, Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, Superintendência do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial no Rio Grande do Sul – INMETRO/RS, e a Refinaria Alberto Pasqualini REFAP S.A., objetivando implementar atuação conjunta no combate e repressão à comercialização de combustíveis com vício de qualidade e/ou quantidade no Estado.

Operação de combate à adulteração de combustíveis realizada em Palmeira das Missões – 27/10/2009

- **Combate à tuberculose bovina**

Projeto pioneiro de combate à tuberculose bovina, implementado pela Promotoria de Arroio do Meio em conjunto com o Ministério da Agricultura. Surgiu após uma investigação aberta pelo Ministério Público estadual em agosto do ano passado, onde, na época, um produtor do município de Arroio do Meio perdeu 60% do rebanho por causa da tuberculose. O projeto envolve os seis municípios da Comarca – Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Bréscia, Pouso Novo e Travesseiro –, onde a produção leiteira é uma das principais atividades da região. Serão realizadas inspeções sanitárias com a testagem de tuberculose e brucelose em aproximadamente 35 mil bovinos, os quais serão identificados através de brincos com numeração, sendo que os animais que tiverem resultado positivo serão sacrificados. Ao término do projeto, em aproximadamente um ano e meio, a região compreenderá a certificação oficial das 2.700 pequenas propriedades rurais dos seis municípios como livres de tuberculose e brucelose bovinas, alcançando níveis sanitários internacionais.

Lançamento do Projeto-Piloto de Combate à tuberculose e brucelose animal em Arroio do Meio – 14/10/2009

- **Rastreabilidade dos Hortifrutigranjeiros**

  Em dezembro de 2009, os Promotores de Justiça com atuação na área do consumidor no município de Porto Alegre, reuniram-se com representantes de grandes redes de supermercados e distribuidores de alimentos com atuação no RS (Guanabara, Wal Mart, Comercial Zaffari, Imec, Bird, Makro, Rissul/Unidão, Zaffari/Bourbon e Carrefour) para debater a formalização de compromisso de ajustamento que permitirá o rastreamento dos hortifrutigranjeiros comercializados por esses estabelecimentos. O sistema objetiva que as redes de supermercados e atacadistas mantenham cadastro de seus fornecedores de frutas, legumes e hortaliças, tornando-as parceiras destes na observância das normas sanitárias que disciplinam a produção de tais alimentos, especialmente, na questão do uso controlado de agrotóxicos. Além disso, busca assegurar o direito de informação dos consumidores sobre a origem dos vegetais que adquirem a granel.

Reunião com representantes de redes de supermercado e distribuidores de alimentos – 18/12/2009

- **Termo de Cooperação Ministério Público e FUVATES**

  O Ministério Público e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates), mantenedora do Centro Universitário Univates, firmaram em dezembro de 2009 uma importante parceria visando a defesa do meio ambiente e do consumidor e a fomentação da expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O termo de cooperação operacional técnico-científico viabilizará o intercâmbio de informações, por meio de cursos, seminários e realização de trabalho de pesquisa, possibilitando, ainda, o fornecimento de laudos e pareceres técnicos periciais desenvolvidos no âmbito do Laboratório Unianálises. As amostras de produtos de origem animal apreendidos pelas autoridades policiais da região serão remetidas pelo MP ao Laboratório Unianálises, para análises físico-químicas e microbiológicas. O Ministério Público oferecerá campo de pesquisa científica para os alunos e professores da Univates. A Instituição também será responsável por analisar o desenvolvimento dos trabalhos realizados, observando a especificação da esfera de atuação em que se dará o desenvolvimento das atividades. Os trabalhos de pesquisa produzidos por meio do termo de cooperação serão encaminhados pela Univates à Divisão de Assessoramento Técnico do Ministério Público, para fins de registro e controle das atividades desenvolvidas.

Assinatura de Termo de Cooperação – 01/12/2009

MEIO AMBIENTE

Objetivo e Projetos Estratégicos

Na área de Defesa do Meio Ambiente, o Ministério Público possui como objetivo e projetos estratégicos:

Garantir a proteção dos recursos hídricos

- **Projeto Criação da Promotoria Regional com Base na Bacia Hidrográfica – Piloto**

  O projeto visa à criação de Promotorias Regionais na área ambiental para uma melhor distribuição das atribuições e fortalecimento da atuação nas Redes Ambientais, integradas por bacias hidrográficas. O objetivo é garantir o acompanhamento e assessoramento técnico aos inquéritos civis regionais instaurados. Em 2009 foi designado grupo de trabalho para a elaboração de proposta sobre a referida regionalização.

Ações Realizadas

- **Termo de Cooperação entre MP, CEEE e SEMA**

  Com o objetivo de integrar esforços para potencializar e otimizar a defesa do meio ambiente, através da implantação do Plano de uso e ocupação do solo do entorno dos reservatórios da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, foi firmado, em dezembro, termo de cooperação técnica entre Ministério Público, Governo do Estado (por meio da Secretaria do Meio Ambiente e da FEPAM), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Federação das Associações dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS). A parceria entre as Instituições visa à potencialização da defesa do meio ambiente nos reservatórios e entornos de 15 usinas hidrelétricas de concessão da CEEE nos municípios de Canela, São Francisco de Paula, Salto do Jacuí, Júlio de Castilhos, Estrela Velha, Pinhal Grande, Ibirubá, Quinze de Novembro, Selbach, Alto Alegre, Campos Borges, Jacuizinho, Fortaleza dos Valos, Mato Castelhano, Marau, Passo Fundo, Ernestina, Nicolau Vergueiro, Ibirapuitã e Tio Hugo. A parceria celebrada une esforços para solucionar questões que há décadas preocupam as autoridades ambientais, tendo em vista que tais usinas hidrelétricas foram implementadas nas décadas de 1930 e 40, com a conseqüente ocupação de suas margens de forma desordenada. O grupo de trabalho instituído tem por finalidade

propor ações para viabilizar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais. A importância do envolvimento do Ministério Público na viabilização destes planos refere-se ao fato de que tais áreas já apresentam usos consolidados, tornando possível seu disciplinamento através de termos de ajustamento de conduta.

Cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação – 11/12/2009

- **Termo de Cooperação para melhoria do abastecimento de água e esgotamento sanitário**

  Foi assinado, em 11 de agosto de 2009, termo de cooperação entre o Ministério Público e a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) com o propósito de implementar melhorias na qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e na proteção do meio ambiente no Estado, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. O acordo prevê que o Ministério Público, por intermédio da Rede Ambiental do Rio dos Sinos, e a Corsan, manterão um intercâmbio permanente de informações e atos oficiais. Estão previstas campanhas de educação sanitário-ambiental, visando a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas sanitárias positivas. Além disso, a criação de meios para a produção de documentos e manuais técnicos e operacionais para suporte das ações a serem realizadas. Cursos, seminários, congressos e mobilizações destinados aos integrantes das duas instituições, órgãos públicos correlatos e população em geral também serão organizados. Será buscada, ainda, a inserção e integração das diversas instituições de ensino e pesquisa para aprofundamento do conhecimento técnico-científico das principais questões práticas e legais no que se refere às questões sanitárias e ao meio ambiente.

Assinatura do Termo de Cooperação entre Ministério Público e Corsan – 11/08/2009

- **Seminário para debate do Projeto de Lei do Código Estadual do Meio Ambiente**

  Em 18 de dezembro de 2009 foi realizado o Seminário "As diversas faces do PL 154 e a preservação da legislação ambiental gaúcha", promovido pela Associação do Ministério Público e pela Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), e apoio do Ministério Público gaúcho. O evento tem por propósito discutir o Projeto de Lei n.º 154, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado, buscando contribuir com informações técnicas e jurídicas para a reflexão do Parlamento e da sociedade sobre o tema. Como resultado do encontro, foi elaborada uma carta com diversos apontamentos em relação ao referido projeto de lei como, por exemplo, o fato de ser inconstitucional uma legislação estadual reduzir o grau de proteção pré-estabelecido em nível federal para áreas de preservação permanente (APPs), dentre outros.

Abertura do Seminário para debate do Projeto de Lei nº 154 – 18/12/2009

- **Corredores Ecológicos**

O projeto, que visa à preservação da mata ciliar e tenta minimizar os danos causados aos recursos hídricos, vem sendo implementado na região do Vale do Taquari – nos municípios de Bom Retiro do Sul, Colinas, Taquari, Lajeado e Arroio do Meio – e envolve, além do Ministério Público, diversas entidades como as Secretarias Municipais, Comitê de Gerenciamento da Bacia Taquari-Antas, Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), Univates, dentre outras. A instituição do Corredor Ecológico, segundo a Promotora, tem a finalidade de garantir que a mata se mantenha como refúgio da fauna, com fluxo vegetal e animal. As medidas a serem tomadas para a recuperação das áreas ocupadas estão ocorrendo por meio de Compromissos de Ajustamento, que prevêem alternativas como reflorestamento, contenção de taludes e tratamento de efluentes. As áreas a serem trabalhadas dependem de detalhes técnicos de cada local, podendo variar de 10 até 30 metros, sendo que para cada propriedade vistoriada é elaborado um relatório ao Ministério Público, com a proposta de recuperação e a indicação da vegetação que deve ser plantada.

Assinatura de Termo de Compromisso para implementação do projeto, município de Taquari – 20/04/2009

- **Projeto para recuperação da região das Bacias do Rio Passo Fundo e do Apuaê-Inhandava**

O Ministério Público juntamente com os Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Passo Fundo e Apuaê-Inhandava aprovou projeto de recuperação das áreas de preservação permanente na região de abrangência das Bacias do Rio Passo Fundo e do Apuaê-Inhandava. A decisão ocorreu durante reunião realizada em 25 de setembro de 2009, no auditório da Promotoria de Justiça de Erechim. O projeto prevê a constituição de um grupo técnico para o levantamento e diagnóstico da situação das áreas de preservação permanente da região e o estabelecimento de um programa de ação, envolvendo parcerias com as prefeituras e

sindicatos rurais. Depois de coletados os dados, a equipe, denominada Rede Ambiental Integrada das Bacias Hidrográficas do Rio Passo Fundo e Apuaê-Inhandava, prevê a elaboração de uma campanha institucional visando à conscientização de todos quanto às áreas de preservação.

Reunião de aprovação do projeto– 25/09/2009

- **Campanha de Conscientização Ambiental**

  Até o final do mês de fevereiro de 2010, a RBS Participações, por meio da rádio Atlântida, divulgou *spots* durante os intervalos comerciais com informações e dicas de preservação ambiental, a fim de estimular a conscientização sobre o tema. A veiculação das inserções teve início em janeiro e decorreu de um termo de ajustamento de conduta firmado, em dezembro de 2009, entre o Ministério Público e a empresa, após constatação de danos ambientais ocorridos durante a realização do Planeta Atlântida do ano passado. Ao todo, foram veiculados 100 spots de 30 segundos cada na Rádio Atlântida de Porto Alegre e de Tramandaí.

- **Convênio entre Ministério Público e FURI**

  Em julho de 2009 o Ministério Público firmou convênio com a Fundação Regional Integrada – FURI, mantenedora da Universidade Regional Integrada – URI, Campus Frederico Westphalen, objetivando a integração de esforços entre os partícipes, com o intuito de potencializar a atuação do Ministério Público na defesa ambiental, nos municípios das comarcas de Médio Alto Uruguai.

ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Objetivo e Projetos Estratégicos

Na área da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, o Ministério Público possui como objetivo e projetos estratégicos:

Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano

- **Projeto Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas**

  O projeto tem por objetivo promover a criação de Planos Diretores ou Leis de Diretrizes Urbanas para os municípios com mais de 15.000 habitantes, aglomerações urbanas e municípios das regiões metropolitanas. Em relação aos municípios obrigados a possuírem Plano Diretor e que não atendam esta determinação, foram divulgadas orientações para a propositura de ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e assinaturas de TACs. Além disso, buscou-se fomrntar a criação de Leis de Diretrizes Urbanas ou Planos Diretores em municípios com mais de 15.000 e menos de 20.000 habitantes.

- **Projeto Adequação dos Planos Diretores ao Estatuto das Cidades**

  O projeto prevê o mapeamento dos municípios que possuem obrigatoriedade na elaboração de Planos Diretores, considerando o art. 41, incs. I e II, do Estatuto da Cidade, e posterior avaliação quanto ao conteúdo de tais leis, e identificação com as determinações do Estatuto da Cidade, para que sejam tomadas providências, em caso de desatendimento à Lei nº 10.257/01. Existem 121 Municípios com obrigatoriedade de elaboração de PD, destes foram analisados 90 planos diretores.

Ações Realizadas

- **Termo de Cooperação com a HIDI – Associação de Desenvolvimento e Integração Humana**

  Com o objetivo de viabilizar projetos, programas e soluções de acesso à moradia digna e à regularização fundiária sustentável com a integração socioeconômica e ambiental da população de baixa renda, o Ministério Público assinou, em janeiro de 2009, Termo de Cooperação com a HIDI – Associação de Desenvolvimento e Integração Humana. A HIDI é uma ONG situada em São Paulo, com sede regional em São Leopoldo, que desenvolve

programas e projetos de habitação de interesse social, geração de renda e regularização fundiária sustentável. De acordo com o Termo, o Ministério Público deverá atuar como agente fiscalizador nos programas e projetos a serem desenvolvidos pela HIDI em conjunto com outras instituições. Enquanto isso, a HIDI buscará as parcerias necessárias para execução dos projetos e programas de integração e soluções de acesso a moradia digna e a regularização fundiária sustentável, com a integração socioeconômica e ambiental da população de baixa renda. A entidade deverá, ainda, garantir a transparência em todas as ações a serem desenvolvidas nos projetos e programas, garantir a prestação de contas ao Ministério Público Estadual de todas as ações que serão desenvolvidas.

Assinatura do Termo de cooperação – 28/01/2009

- **Roteiro de investigação de Inquéritos Civis na Área Urbanística**

Com o objetivo de uniformizar a atuação dos Promotores de Justiça da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias nas investigações de inquérito civil urbano-ambiental, foi assinada em 19 de agosto de 2009 a Resolução nº 03/2009, que referenda o Roteiro de Investigação de Inquérito Civil. A Resolução atende as Leis nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e nº 6.766 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), bem como o Provimento nº 28/2004 da Corregedoria-Geral da Justiça - More Legal III, e as Resoluções nº 237/97 e nº 369/06 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.

Assinatura da Resolução – 19/08/2009

- **Entrega de unidades habitacionais em Santo Ângelo**

  Em abril de 2009, o Município de Santo Ângelo e a Caixa Econômica Federal entregaram 24 unidades habitacionais construídas no Bairro Harmonia, para realocação de moradores da margem direita do Arroio Itaquarinchim, ocupantes de área de preservação permanente. A ação corresponde a um dos itens de acordo firmado entre o Município e o Ministério Público, por meio da Promotoria Especializada de Santo Ângelo. A ação foi ajuizada com a finalidade de obter do Município a retirada de moradores que ocupam irregularmente as margens do Arroio Itaquarinchim, no trecho final do curso pela zona urbana, no Bairro Harmonia, e a recuperação da área de preservação permanente. O Município fará a cessão de uso e posse das unidades habitacionais às famílias cadastradas, ao mesmo tempo em que as casas que essas ocupavam nas margens do arroio serão desmanchadas, para evitar a reocupação por outras pessoas, e para garantir a execução do projeto de recuperação ambiental. A obra, que foi financiada pela Caixa Econômica Federal, é constituída de seis prédios, cada um com quatro apartamentos, que contam com sala, cozinha/área de serviço, banheiro e dois quartos. Os registros de água e energia elétrica são individuais e o pátio é coletivo.

Entrega das unidades habitacionais no Bairro Harmonia, município de Santo Ângelo – 02/04/2009

- **Ações para regularização fundiária de áreas em Porto Alegre**

  A Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre ingressou com duas ações civis públicas em razão da ocupação irregular e da necessidade de regularização fundiária de duas áreas na Capital gaúcha. A primeira ação, ajuizada contra o Estado, é referente à Vila Dormênio/Pantanal, no Morro Santa Tereza. A segunda, contra o Município de Porto Alegre e o Departamento Municipal de Habitação (Demhab), diz respeito ao Recanto do Sabiá, denominado "Timbaúva IV", localizado nas margens do Arroio Feijó, na zona norte. Em ambas ações, o Ministério Público requereu, liminarmente, que os demandados sejam obrigados a realizar um levantamento atualizado dos ocupantes das áreas e que sejam removidas as famílias que ocupam áreas de risco ou que necessitem ser reassentadas para possibilitar a correta implantação dos instrumentos urbanísticos, tudo em prazo razoável a ser fixado pela Justiça. O MP solicitou, ainda, que seja providenciada a regularização fundiária e urbana das áreas passíveis de ocupação humana dessas localidades, assegurando que esses espaços possuam rede completa de água potável, esgoto sanitário e pluvial, energia elétrica residencial, iluminação pública, rede de telefonia, calçamento e pavimentação das vias públicas, construção das guias de calçadas e sarjetas e arborização das vias. Também foi requerida a condenação dos demandados à reparação dos danos ambientais causados, mediante adoção de todas as medidas necessárias para cessar a poluição causada à vegetação das áreas de preservação permanente da Vila Dormênio e ao Arroio Feijó e Parque Natural, junto ao Recanto do Sabiá. Cabe destacar ainda que, ao longo do ano de 2009, foram firmados 42 Termos de Ajustamento de Conduta, relativos à regularização fundiária, permitindo o acesso de milhares de pessoas à moradia regular.

CRIMINAL

Objetivos e Projetos Estratégicos

Na área Criminal, o Ministério Público possui como objetivos e projetos estratégicos:

Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta

- **Projeto Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**

  O projeto iniciou em 2008, fruto de convênio entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a União, por intermédio do Ministério da Justiça - Secretaria da Reforma do Judiciário que criou o PRONASCI – Programa de Segurança Pública com Cidadania, para efetivação da Lei Maria da Penha. O Núcleo foi estruturado em abril de 2009, totalizando 16.989 procedimentos cadastrados no ano de 2009. Nos dias 21 e 22 de maio, do mesmo ano, realizou-se um evento de capacitação para os membros do Ministério Público, conforme previsto no convênio, resultando na capacitação de 145 Promotores de Justiça, 10 Defensores Públicos do Estado, 01 Delegado de Polícia e 02 servidores da Polícia Civil. A capacitação dos servidores foi realizada nos meses de abril e maio, também no ano de 2009, na modalidade ensino à distância, num total de 586 servidores capacitados. Além disso, foram veiculadas campanhas publicitárias e distribuído material informativo, para difundir a conscientização a respeito da Lei.

Abertura Seminário de Capacitação Lei Maria da Penha – 21/05/2009

Público Seminário de Capacitação Lei Maria da Penha – 21/05/2009

- **Projeto Laboratório Contra a Lavagem de Dinheiro**

  A criação de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro nas onze áreas consideradas mais violentas do país, seguindo o modelo do Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (LAB-LD), é meta integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), conjunto de programas, projetos e ações do Ministério da Justiça, voltados à prevenção, controle e repressão à criminalidade, a serem executados pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade. Nesse contexto, o convênio resultou na implantação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (LAB-RS), com vistas a cumprir diretriz do Programa, conjugando esforços mútuos do Ministério da Justiça e do Ministério Público no combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. O projeto prevê ainda capacitação e treinamento de servidores, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação.

- **Projeto Alquimia**

  O Projeto Alquimia iniciou em julho de 2008, com o Termo de Cooperação firmado entre o Ministério Público e o Centro Social Marista (CESMAR), objetivando o reaproveitamento de componentes eletrônicos e demais materiais – madeira, vidro, metais – retirados das máquinas "caça-níqueis" apreendidas em operações desencadeadas pela Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos. Desse modo, a finalidade do projeto é assegurar uma destinação ambiental adequada às máquinas apreendidas, com aproveitamento integral dos

componentes, ao mesmo tempo em que se viabiliza a inclusão social, por intermédio do Programa Socioambiental de Recondicionamento e Reciclagem. Com os materiais das máquinas apreendidas são montados equipamentos de informática, produzidos objetos, confeccionados móveis e artesanatos em madeira, bem como são destinados equipamentos de informática às Escolas Públicas, Órgãos Públicos e Projetos de Inclusão Digital. No processo de reaproveitamento e de reciclagem de bens, a inclusão social é realizada com a participação de jovens em situação de risco social (jovem aprendiz), dependentes químicos em fase de reabilitação (laborterapia) e apenados. Com isto, é possível a capacitação profissional dessas pessoas, nas mais diferentes oficinas do Projeto (informática – hardware e software – , marcenaria e serralheria). Em Porto Alegre, são também parceiras do Projeto Alquimia a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões e o Programa de Auxílio ao Toxicômano-PACTO e, em Pelotas, o Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. No ano de 2009 o projeto foi implementado em Pelotas e, em caráter experimental nos municípios de Santa Maria e Caxias do Sul. Foram apreendidas, em Porto Alegre, pela Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos e o Departamento de Polícia Metropolitana da Comarca de Porto Alegre, 2004 máquinas caça-níqueis e R$ 90.000,00 e, pela Brigada Militar, 4513 máquinas. Ainda, foi distribuído, entre as entidades parceiras para utilização no projeto, o montante correspondente a R$ 881.343,21 advindo de transações penais, suspensões condicionais do processo e condenações criminais. Atualmente o projeto encontra-se em fase de implantação de núcleos regionais nas principais comarcas do Estado.

Assinatura do Termo de Cooperação com a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões – 02/07/2009

Fiscalizar a execução da sanção criminal com vistas à redução da reincidência

- **Projeto Limitação de Final de Semana**

  O presente projeto piloto foi elaborado com o propósito de estabelecer parcerias com vistas a incrementar e incentivar o estabelecimento das sanções alternativas, especialmente quanto à Limitação de Fim de Semana, como forma de colaborar para a redução da reincidência. Pretende-se com o projeto: o estabelecimento de termo de cooperação com vistas a definir a metodologia de trabalho e as responsabilidades de cada ente parceiro; o estabelecimento das atividades a serem executadas; e a difusão da prática para demais comarcas. A implementação das etapas será realizada em 2010.

Ações Realizadas

- **Comissão de Estudo das Reformas do Código de Processo Penal**

  No ano de 2009, a Comissão Especial Interna do Senado Federal, encarregada de examinar o Projeto de Lei nº 156/2009, realizou quatro audiências públicas para a discussão das Reformas do Código de Processo Penal. Uma dessas audiências foi realizada no Ministério Público do Rio Grande do Sul, em agosto de 2009. Para dar maior efetividade à participação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, constituiu-se uma Comissão de Estudo das Reformas do Código de Processo Penal. A comissão analisou as propostas de alteração da lei e sistematizou as sugestões enviadas em um documento contendo as 85 propostas da Instituição para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 156/2009, o qual foi entregue ao Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal.

Audiência Pública do Projeto de Reforma do Código de Processo Penal realizada em Porto Alegre – 10/08/2009

- **Encontro de Atuação na Área Criminal**

  Nos dias 09, 10 e 11 de setembro, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, promoveu o "Encontro de Atuação na Área Criminal: Inteligência e Excelência nas Fases Pré-Processual e Processual Penal", que reuniu aproximadamente 200 Procuradores e Promotores de Justiça, com o objetivo de aprimorar a atuação funcional na área de prevenção do crime em geral e do combate à criminalidade organizada. No encontro foram discutidos temas relacionados à lei de drogas, corrupção, crime organizado, crimes cometidos no interior dos presídios, tribunal do júri, violência doméstica, combate aos jogos de azar, crimes sexuais, dentre outros.

Abertura do Encontro de Atuação Criminal em Gramado – 09/09/2009

- **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**

  A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), cuja etapa nacional foi realizada de 27 a 30 de agosto, em Brasília, contou com a participação ativa do Ministério Público gaúcho. A fim de sensibilizar e incentivar os membros do Ministério Público a integrarem-se nesta importante discussão nacional, em julho de 2009 realizou-se a Conferência Livre de Segurança Pública do Ministério Público que contou com a participação dos Promotores de Justiça da capital e interior das áreas da Infância e Juventude, Direitos Humanos e Criminal. Foram trabalhados três eixos: "Financiamento e gestão da política pública de segurança", "Repressão qualificada da criminalidade" e "Diretrizes para o Sistema Penitenciário", pois guardam maior relação com as atribuições legais e constitucionais da instituição. O evento resultou em sete princípios e vinte e uma diretrizes fundamentais que o Ministério Público gaúcho entende que devam balizar uma política nacional de segurança pública, compondo o

caderno de propostas apresentado na Conferência Nacional, em Brasília. A etapa estadual da Conferência da Segurança Pública realizada em nos dia 03, 04 e 05 de julho, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), resultou na elaboração do relatório final e escolha dos representantes para participar da etapa nacional da Conseg, dentre eles o Ministério Público gaúcho. A etapa nacional contou com a participação de aproximadamente três mil pessoas, entre trabalhadores do setor, gestores públicos e sociedade civil, representando as 27 Unidades da Federação, e definiu um conjunto de 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a construção de uma política de segurança pública para o Brasil.

Abertura da Conferência Livre de Segurança Pública do Ministério Público – 24/07/2009

- **Redução de inquéritos policiais em tramitação**

Com a finalidade de reduzir o número de inquéritos policiais inviáveis à persecução penal em tramitação nas Delegacias de Polícia de Porto Alegre, foi assinado, em dezembro de 2009, protocolo de atuação conjunta entre Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil. O termo de cooperação tem por objeto a redução de, pelo menos, 50% do número de inquéritos policiais em tramitação nas Delegacias de Polícia de Porto Alegre, encaminhando ao Poder Judiciário, para arquivamento, àqueles identificados como inviáveis à persecução penal, como, por exemplo, aqueles cuja pretensão punitiva esteja prescrita, que tratem de crimes de furto com autoria desconhecida, entre outros. A análise dos procedimentos policiais, segundo o documento, será realizada por etapas, de acordo com a natureza dos delitos e por Delegacia de Polícia, observando-se o acúmulo de feitos. O projeto-piloto

realizado em 2009 já demonstrou a efetividade da medida, resultando no arquivamento de 32 mil inquéritos policiais num período de seis meses.

Assinatura do protocolo de atuação conjunta – 17/12/2009

- **Sistema Prisional**

  Uma área que recebeu especial atenção no ano de 2009 foi a de execução penal, tendo em vista a precária situação do sistema carcerário do Rio Grande do Sul. O Ministério Público ingressou com 8 ações civis públicas objetivando, entre outras coisas, melhorias e ampliações nos presídios. Ainda, 23 casas prisionais sofreram interdições, parciais ou totais, a requerimento do Ministério Público. O caos do sistema carcerário também motivou decisões judiciais desprovidas de amparo legal, como a instauração do sistema de rodízio de presos, a concessão de prisão domiciliar aos apenados do regime semi-aberto, a recusa na expedição de mandados de prisão aos condenados por crimes não hediondos, entre tantas outras, que foram imediatamente atacadas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. A fiscalização dos presídios ensejou a denúncia contra dois agentes penitenciários e um diretor de presídio, acusados pela prática de crime de tortura contra um apenado. A Instituição participou, ainda, de reuniões e audiências públicas buscando propostas de melhorias do sistema carcerário.

- **Combate à Pirataria**

  Desde 2004, quando firmado o primeiro "Termo de Cooperação Objetivando o Desenvolvimento de Ações Governamentais e Não-governamentais Visando ao Combate à Pirataria", o Ministério Público gaúcho e outros organismos públicos e privados do Estado têm sido protagonistas de ações repressivas, preventivas e educacionais nessa área. Em 14

de maio de 2009 ocorreu a 9ª Reunião Ordinária do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria, na qual elegeu-se como prioridade a criação da Delegacia Especializada no Combate à Pirataria. Na oportunidade, também foram eleitos os integrantes do Comitê Executivo (MP/RS, PF, PRF, SSP/RS, PC/RS, SEFAZ/RS e SMIC/POA), responsáveis pela definição e coordenação dos trabalhos de planejamento e execução das atividades de campo, disponibilizando os recursos humanos e materiais necessários, estabelecendo os Grupos de Trabalhos Setoriais e Grupos de Ações de Fiscalização e Persecução Penal. Em 10 de novembro de 2009 ocorreu a 10ª Reunião Ordinária do Comitê Interinstitucional, dentre qual destaca-se a discussão sobre as estratégias de atuação no período do veraneio 2009/2010, a aprovação do folder "Diga não aos cigarros contrabandeados, e o lançamento da cartilha "Orientações para o Combate à Pirataria" no dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria". Em 17 de dezembro foi desencadeada a primeira atividade, fruto da força-tarefa criada no âmbito do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria (Comitê Executivo), denominada "Operação Saturno", voltada para o combate à comercialização de peças automotivas falsificadas, na qual resultou aproximadamente em 500 apreensões de peças automotivas falsificadas e/ou importadas sem a devida comprovação de origem. Ação esta que possibilitará a instauração de inquéritos policiais para apurar as práticas criminosas, além dos respectivos procedimentos na seara fiscal.

10ª reunião ordinária do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria – 10/11/2009

- **1º Curso de Inteligência no interior do Estado:**

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, através do Núcleo de Inteligência do Ministério Público, realizou, em outubro de 2009, no município de Rio

Grande, o 1º Curso de Inteligência no interior do Estado. O encontro contou com a participação de Promotores de Justiça de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Pinheiro Machado e Jaguarão, os quais puderam ter contato com algumas ferramentas úteis e práticas para serem utilizadas na proteção de dados sensíveis armazenados em computadores e *pen drives*.

1º Curso de Inteligência no interior do Estado, município de Rio Grande – 02/10/2009

- **Combate à sonegação fiscal**

A Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária juntamente com a Secretaria Estadual da Fazenda têm atuado ativamente no combate à sonegação fiscal. Em maio de 2009, o Secretário da Fazenda, Ricardo Englert, e o subsecretário da Receita Estadual, Júlio César Grazziotin, encaminharam oficialmente à instituição dados relativos a 236 autos de lançamento lavrados contra contribuintes do ICMS, com indícios de crime contra a ordem tributária, no valor R$ 289,9 milhões. Os dados foram encaminhados à Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária que, somente em 2009, realizou 142 denúncias, cujo montante de ICMS sonegado atinge a cifra de mais de R$ 105 milhões. Além disso, foram realizadas três operações conjuntas: Medusa II, atrelada à evasão fiscal de ICMS junto da comercialização de combustíveis, no valor de 27 milhões; Abrotea II, que desmantelou fraudes em guias de arrecadação do ICMS em um valor aproximado de 1,5 milhões; e, Operação Camaleão, vinculada à apuração de sonegação fiscal em 5 empresas, cujo material está em análise conjunta do Ministério Público e Receita Estadual.

Entrega dos autos de lançamento da Secretaria do Estado – 14/05/2009

- **Operação Fênix**

  Quadrilhas envolvidas principalmente com o tráfico de drogas, tráfico de armas e clonagem de veículos foram desmanteladas em operações da Promotoria Especializada Criminal de Porto Alegre. Em outubro, a "Operação Fênix" desarticulou uma quadrilha especializada em furtos e roubos, tráfico de drogas e clonagem de veículos em propriedades rurais na região de Cruz Alta, especialmente nos municípios de Panambi e Ibirubá.

- **Operação Laçador**

  A "Operação Laçador", no mês de agosto, resultou na detenção de 21 pessoas, entre elas 15 policiais militares. Além disso, foi apreendida farta munição, equipamentos para recarga de calibres proibidos e, também, munição especial com capa de teflon utilizada em assaltos a bancos. A ação teve como ponto central o bairro Jardim Planalto, na Zona Norte.

- **Casos de grande repercussão**

  Destaca-se também a atuação dos Promotores de Justiça do Estado em casos de grande repercussão, como o do integrante do movimento sem-terra morto por um policial militar durante a execução de um mandado de reintegração de posse na Fazenda Southall, em São Gabriel; da técnica de enfermagem denunciada por tentativa de homicídio contra 11 recém-nascidos do Hospital Universitário da Ulbra, em Canoas; além do oferecimento de denúncia contra 12 pessoas no inquérito que apurou o assassinato do vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do RS, Marco Antônio Becker.

Atuação Funcional – Dados do Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público

1 – Expedientes Investigatórios

1.1 – Inquéritos Policiais

Recebidos no período	**217.683**
Outros expedientes investigatórios recebidos/ Sindicâncias recebidas	**54.650**
Pedidos de diligência sem denúncia	**24.146**
Devolvidos com pedido de arquivamento	**85.337**
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	**6.499**
Manifestações diversas	**115.416**
Denúncias oferecidas	**42.978**

1.2 – Procedimentos Investigatórios Criminais (Res. 03/04-OECPMP)

Instaurados no período	**642**
Em andamento	**340**
Manifestações diversas	**4.949**
Audiências realizadas	**770**
Pessoas ouvidas por termo	**800**
Promoções de arquivamento	**632**
Denúncias oferecidas	**229**

2 – Juizado Comum

Pareceres e promoções diversos em processos criminais	**179.964**
Alegações finais escritas	**20.796**
Debates orais	**2.523**
Apelações interpostas	**4.399**

Recursos em sentido estrito interpostos	**828**
Contra-razões recursais	**13.306**
Correições parciais propostas	**72**
Mandados de segurança propostos	**04**
Habeas corpus propostos	**17**
Audiências judiciais assistidas	**69.904**
Propostas de suspensão condicional do processo	**2.421**

3 – Juizado Especial Criminal

Termos circunstanciados recebidos no período	**259.432**
Manifestações diversas em termos circunstanciados	**139.706**
Denúncias oferecidas:	
Orais	**278**
Escritas	**10.683**
Pedidos de diligência	**14.488**
Promoções de arquivamento por renúncia	**12.255**
Outras promoções de arquivamento	**45.791**
Pedidos de extinção da punibilidade	**28.141**
Transações propostas	**27.239**
Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	**966**
Propostas de suspensão condicional do processo	**2.860**
Audiências assistidas	**73.096**
Recursos interpostos	**293**
Contra-razões oferecidas	**993**
Manifestações diversas em processos	**20.930**
Debates orais	**786**
Alegações escritas em substituição aos debates	**1.392**

Correições parciais propostas	**14**
Mandados de segurança propostos	**01**
Habeas corpus propostos	**02**
Pareceres emitidos (Turma Recursal)	**1.812**
Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal)	**17**

4 – Pessoas Denunciadas (Consumado e Tentado)

Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	**20**
Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	**09**
Homicídio com dolo eventual no trânsito	**29**
Homicídio contra criança ou adolescente	**07**
Homicídio no ambiente doméstico	**49**
Homicídio culposo no trânsito	**532**
Homicídio culposo praticado por médico	**09**
Homicídio culposo (outras hipóteses)	**160**
Homicídio doloso	**2.893**
Aborto	**30**
Lesões graves contra criança ou adolescente	**22**
Maus-tratos contra criança ou adolescente	**162**
Furto	**9.560**
Roubo	**6.374**
Latrocínio	**180**
Receptação de veículos ou peças	**1.836**
Estelionato	**2.298**
Estupro ou atentado violento ao pudor	**1.980**
Porte de arma	**3.644**
Tortura	**81**

Embriaguez ao volante	**4.083**
Meio ambiente	**866**
Tráfico de drogas	**5.487**
Porte de tóxicos para uso próprio	**1.807**
Ordem tributária	**257**
Falimentares	**27**
Outras infrações penais	**26.284**

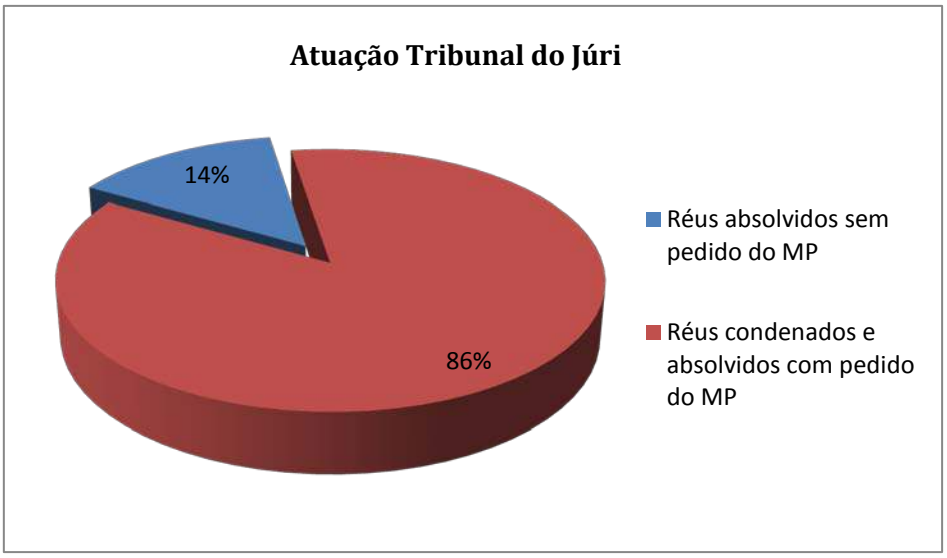
5 – Da Prisão e Liberdade

Prisões provisórias requeridas	**1.957**
Recursos interpostos	**164**

6 – Tribunal do Júri

Audiências assistidas	**4.562**
Alegações do artigo 406 do CPP	**1.018**
Outros pareceres e promoções	**20.826**
Recursos na fase da pronúncia	**166**
Sessões realizadas no período	**1.448**
Réus absolvidos com pedido do MP	**381**
Réus absolvidos sem pedido do MP	**220**
Réus condenados	**954**

Cabe destacar, a partir dos dados apresentados, a efetividade da atuação dos membros do Ministério Público no Tribunal do Júri, onde 86% dos réus são condenados ou absolvidos a pedido da instituição, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



7 – Execução Penal

Guias de execução fiscalizadas	**9.898**
Pareceres e promoções	**171.276**
Mandados de segurança e outras medidas acautelatórias	**30**
Recursos interpostos	**7.271**
Visitas de controle a presídios	**246**

8 – Auditoria Militar

Inquéritos policiais recebidos no período	**4.028**
Outros expedientes investigatórios recebidos/Sindicâncias recebidas	**253**
Pedidos de diligência sem denúncia	**1.013**
Denúncias oferecidas	**346**
Devolvidos com pedido de arquivamento	**1.716**
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	**51**
Devolvidos com outra manifestação	**1.491**

Alegações escritas	**171**
Sessões de julgamento realizadas	**255**
Recursos interpostos	**47**
Contra-razões recursais	**127**
Audiências judiciais assistidas	**1.118**

9–Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher–Lei 11.340/2006

Inquéritos e expedientes recebidos	**72.859**
Pareceres em pedidos de medidas protetivas	**4.894**
Promoções diversas em inquéritos policiais ou procedimentos investigatórios	**50.521**
Pareceres em pedidos de prisão preventiva/liberdade provisória	**965**
Arquivamentos de inquéritos policiais e expedientes	**12.698**
Denúncias oferecidas	**4.018**
Prisões Preventivas requeridas pelo MP	**370**
Medidas protetivas de urgência requeridas pelo MP	**221**
Promoções diversas em processos	**9.968**
Debates orais	**211**
Alegações escritas em substituição aos debates	**654**
Razões recursais	**124**
Contra-razões de recurso	**282**
Acordos diversos	**1.077**
Fiscalização dos estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar	**03**

9.1 – Pessoas Denunciadas

Lesões Corporais contra a (ex-) esposa/(ex-) companheira	**1.609**
Lesões Corporais contra ascendente, descendente, irmã ou outro familiar	**264**

Ameaça contra (ex-) esposa/(ex-) companheira	**1.616**

10 – Informações Gerais

Atos de controle externo da atividade policial	**1.096**

11 – Promotoria de Justiça de Controle e de Execução criminal de Porto Alegre

Visitas de controle a estabelecimentos penais	**158**
Informações remetidas a apenados	**8.008**
Processos de execução criminal analisados	**554**
Expedientes administrativos instaurados	**5.196**
Expedientes administrativos arquivados	**2.894**
Apenados ouvidos	**3.605**
Despachos	**10.812**
Requisições de inquéritos ou sindicâncias	**10**
Pedidos de interdição ou outros de ordem administrativa	**09**
Reuniões externas	**133**
Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	**550**

12 – Promotoria de Plantão de Porto Alegre

12.1 – Intervenções na área criminal

Manifestação em auto de prisão em flagrante	**3.057**
Pareceres em pedido de liberdade provisória	**1.335**
Manifestação em representação de prisão preventiva	**182**
Manifestação em representação de prisão temporária	**75**
Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	**99**

Manifestação em representação de interceptação telefônica	**51**
Pedido de prisão preventiva	**752**
Quebra de sigilo telefônico	**36**

12.2 – Designações – Juizado Comum

Contra-razões recursais	**527**

12.2.1 – Inquéritos policiais

Devolvidos com denúncias	**22**
Devolvidos com pedido de arquivamento	**36**
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	**05**
Devolvidos com pedido de diligências	**39**

13 – Interceptações Telefônicas

13.1 – Procedimentos

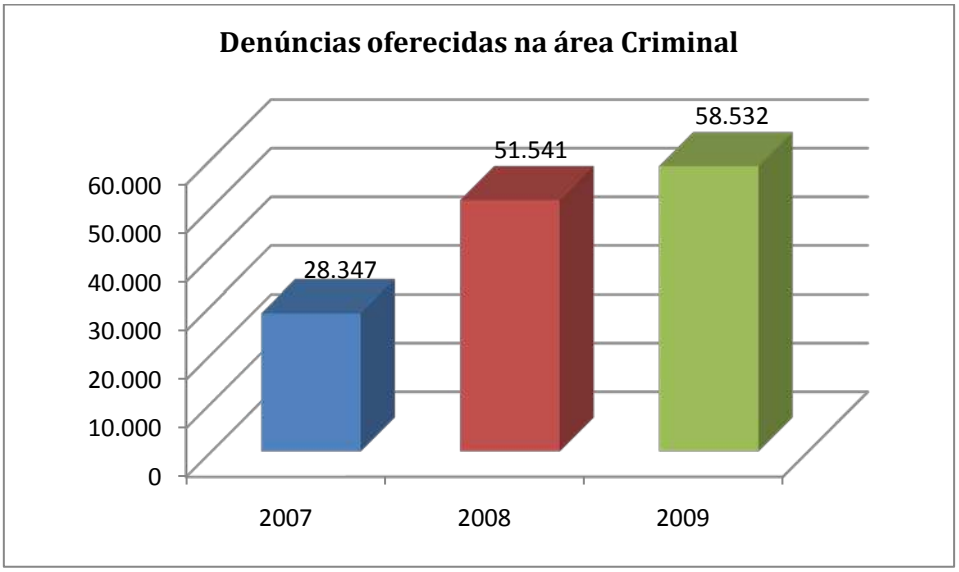
Número total de procedimentos	**1.704**

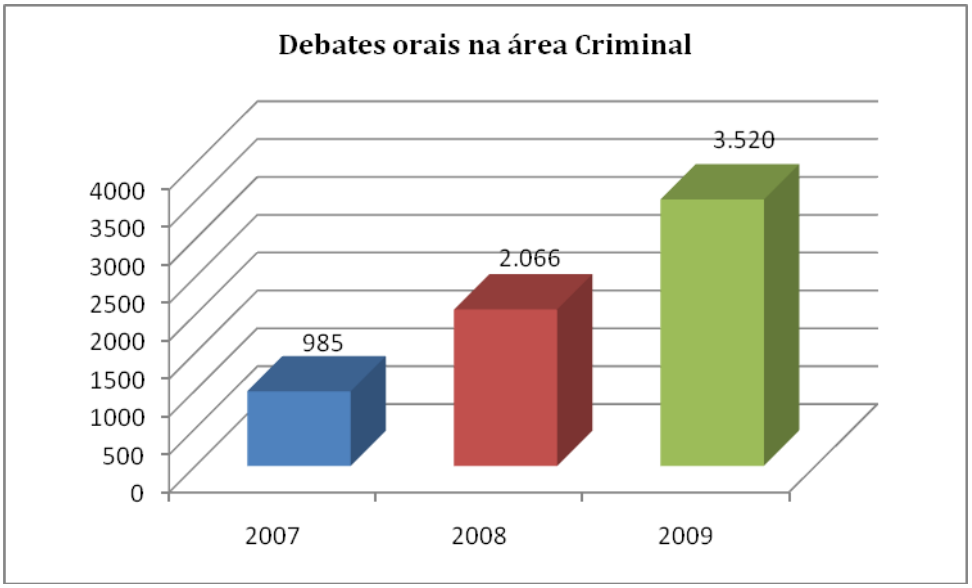
13.2 – Número de procedimentos por espécie

Interceptações telefônicas	**1.611**
Quantidade de prefixos interceptados	**5.702**
Interceptações em Sistemas de Informações (telepática e informática)	**177**

Dados Estatísticos

Na área Criminal também pode ser observado um crescimento nos atos praticados, conforme demonstrado nos dados dos últimos três anos referentes ao número de denúncias oferecidas e debates orais realizados:





O número de denúncias oferecidas teve um acréscimo de 106% em relação ao ano de 2007 e o número de debates orais cresceu 257% em comparação com o mesmo ano.

CÍVEL E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Na área Cível e Patrimônio Público, o Ministério Público possui como objetivo e projeto estratégico:

Objetivos e Projetos

Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa

- **Projeto Banco de Dados de Bens e Serviços necessários à Administração Municipal**

  Para agilizar e auxiliar o trabalho de investigação em casos relacionados à defesa do patrimônio público, o Ministério Público do Rio Grande do Sul colocou à disposição de seus membros e servidores, página de Pesquisa de Preços, que permite a comparação de preços de mercado com aqueles eventualmente adquiridos por entes públicos. A ferramenta auxilia na busca de elementos para investigar eventual superfaturamento de preços. É possível, por exemplo, comparar os valores de um produto que constam do certame licitatório com os valores cotados em outros bancos de dados. Em julho de 2009 foi assinado convênio entre o Ministério Público e a Caixa Econômica Federal, objetivando possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI – SIPCI, que versa sobre preços e custos da construção civil, onde o convenente, através de sua rede, poderá consultar e obter informações, de acordo com a abrangência atribuída pelo gestor do sistema para o qual solicitou acesso, estando ciente do grau de sigilo atribuído à informação disponibilizada.

Ações realizadas

- **Rede de Controle da Gestão Pública**

  Foi firmado em julho de 2009, acordo de Cooperação Técnica com treze órgãos públicos para a articulação de ações de fiscalização e combate à corrupção, controle social e adesão à Rede de Controle da Gestão Pública. Os órgãos que firmaram o acordo são: Advogacia-Geral da União (Procuradoria-Regional da União da 4ª Região), Advogacia-Geral da União (Núcleo de Assessoramento Jurídico no Estado do RS), Controladoria-Geral da União, Departamento de Polícia Federal (Superintendência Regional da Polícia Federal do RS), Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Serviço de Auditoria do Denasus no Estado do RS), Ministério Público de Contas do Estado do RS, Ministério Público do Estado do RS, Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado do RS), Receita Federal do Brasil (Superintendência

Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região), Secretaria da Fazenda do Estado do RS (Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Estado do RS – CAGE), Tribunal de Contas da União (Secretaria de Controle Externo no Estado do RS) e Tribunal de Contas do Estado do RS.

Cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica – 31/07/2009

- **Seminário "Estudo do Combate à Corrupção e da Defesa do Patrimônio Público"**

  No propósito de qualificar os Promotores de Justiça para o atingimento do objetivo estratégico "Qualificar o Combate a Corrupção e à Improbidade Administrativa", foi realizado, em novembro, o Seminário "Estudo do Combate à Corrupção e da Defesa do Patrimônio Público – Avanços e Perspectivas", que versou sobre aspectos doutrinários e casos práticos importantes para o enfrentamento do desafio estratégico.

Abertura do Seminário – 13/11/2009

- **Termo de Acordo e Cooperação com o Tribunal de Contas do Estado**

  Celebrado na semana do Ministério Público, em junho de 2009, o Termo de Acordo de Integração Operacional com o Tribunal de Contas do Estado permite acessar, consultar e obter cópias *on-line* de peças dos processos da Corte de Contas. A cooperação torna desnecessária a expedição de ofícios, privilegia a comunicação por meio eletrônico, propicia a economia de recursos materiais e confere maior celeridade na obtenção de dados para a instrução de expedientes e processos em trâmites nas Procuradorias e Promotorias de Justiça, fato que qualifica, sobremaneira, a investigação dos atos de corrupção e de improbidade administrativa. Os 265 pedidos de cópias de peças endereçados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, desde o início da operacionalização do acordo até o final de 2009, foram todos atendidos, sendo que 46 deles no mesmo dia, outros 31 em apenas dois dias, 22 em intervalo de três dias e mais 43 dentro da mesma semana em que formulados, totalizando mais de 50% de fornecimento dos documentos às Procuradorias e Promotorias de Justiça solicitantes em até sete dias.

Início da operacionalização do Termo de Acordo e Integração – 10/08/2009

- **Campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"**

  A partir de 2008, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul associou-se ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) e à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), idealizadores da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?". Entre outras iniciativas que deverão acontecer no âmbito da campanha nacional, na linha de atuação do empreendimento, no início de 2009, foi firmado o Protocolo de Atuação Conjunta entre o

MP-RS, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e o Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência (ICDE) objetivando a implantação de programa coordenado de ações que abordem nos estabelecimentos educacionais a questão dos ilícitos socialmente aceitos. A iniciativa conta com o apoio da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que o desenvolvimento do projeto educacional e a obtenção de recursos para seu financiamento estão a cargo dos parceiros Famurs e ICDE. No final de 2009, foi designado o Promotor de Justiça Cesar Luis de Araújo Faccioli como coordenador da campanha no Rio Grande do Sul, com o objetivo de planejar e executar ações de conscientização e mobilização da sociedade.

Logo da Campanha

- **Copa 2014**

A Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, designou, em agosto de 2009, através do Provimento n.º 77/09, os integrantes do Ministério Público que irão compor o Núcleo Especial para acompanhar o planejamento e a execução dos projetos de obras, serviços e compras, licitações e contratos referentes à Copa do Mundo de 2014, que terá Porto Alegre como uma das sedes oficiais.

OUTROS DADOS REFERENTES À ATUAÇÃO FUNCIONAL

DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA

1 – Atuação Extrajudicial

Notícias/representações/reclamações recebidas	**12.536**
Indeferimento de instauração	**1.205**
Peças de informação/inquéritos civis/procedimentos administrativos instaurados	**11.524**
Manifestações diversas	**215.220**
Audiências realizadas (IC, PI e PA)	**12.664**
Vistorias realizadas pessoalmente	**351**
Participações em reuniões e eventos	**2.004**
Audiências públicas/reuniões realizadas	**1.334**
Compromissos de ajustamento firmados	**3.578**
Recomendações	**496**
Promoções de arquivamento	**10.357**

2 – Atuação Judicial

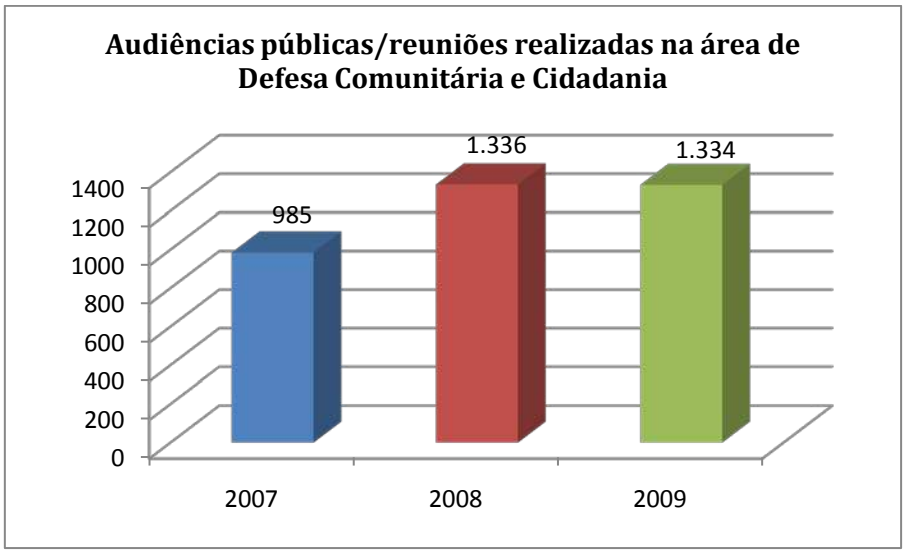
Ações ajuizadas	**2.619**
Réplicas	**985**
Memoriais/debates	**428**
Razões e contra-razões	**974**
Acordos homologados	**178**
Audiências judiciais assistidas	**1.558**
Outras manifestações	**17.582**

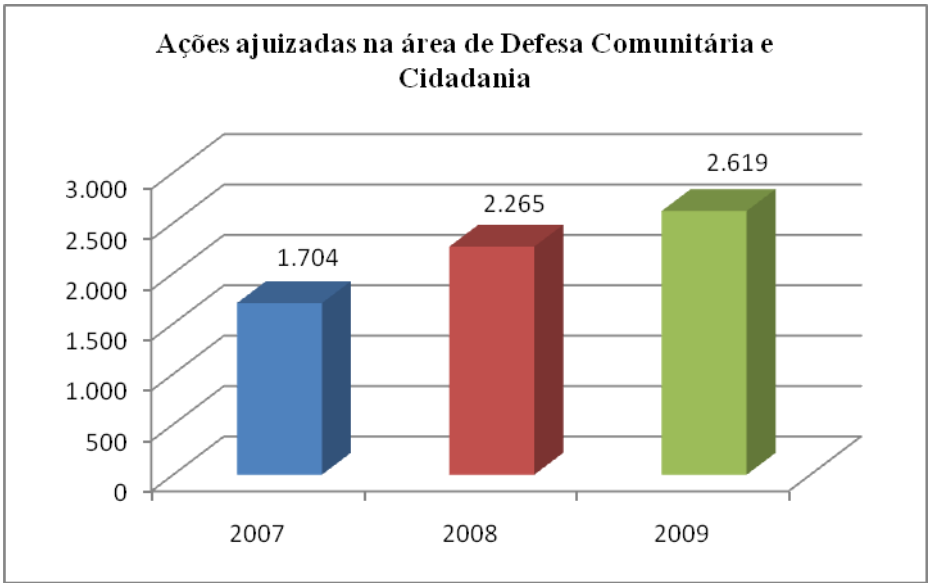
3 – Atuação Criminal

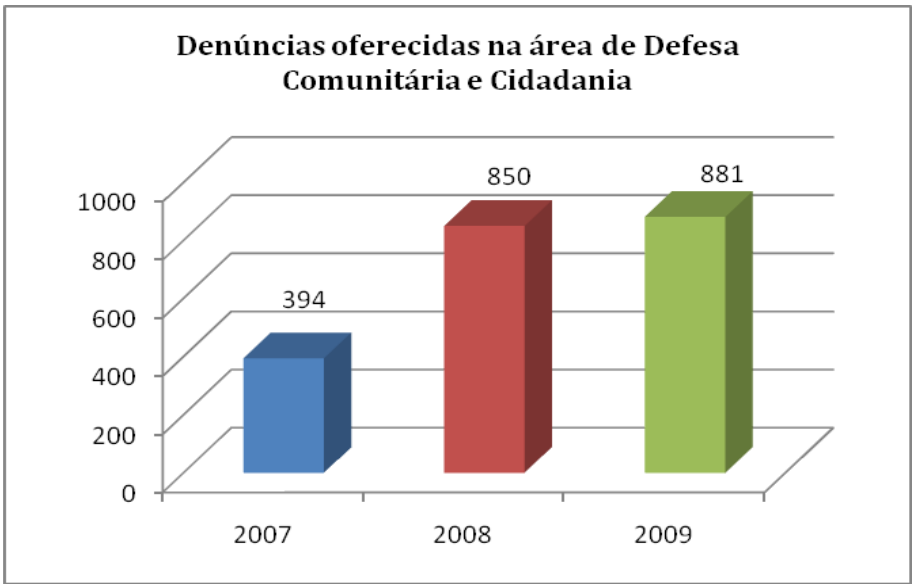
Procedimentos investigatórios criminais instaurados	**380**
Requisição de IP ou TC	**513**
Denúncias oferecidas	**881**
Encaminhados ao JECRIM	**2.020**
Pedidos de diligências	**577**
Promoções de arquivamento	**1.152**
Alegações escritas/debates	**179**
Audiências judiciais assistidas	**2.249**
Razões/contra-razões	**134**
Outras hipóteses	**5.135**

Dados Estatísticos

Conforme estabelecido no Mapa Estratégico do Ministério Público, a atuação na área de defesa dos interesses sociais é uma das prioridades institucionais. Neste sentido, pode-se perceber o crescimento obtido ao longo dos últimos três anos no número de audiências públicas realizadas, ações ajuizadas e denúncias oferecidas na área de Defesa Comunitária e Cidadania, demonstrada nos gráficos abaixo:







O número de audiências públicas e reuniões realizadas aumentou 35% de 2007 para 2008, mantendo-se estável no ano de 2009. Já as ações ajuizadas aumentaram em torno de 54% de 2007 a 2009 e as denúncias oferecidas tiveram um acréscimo substancial de aproximadamente 124%. Dessa forma, constata-se um crescimento constante dos esforços institucionais para o cumprimento de sua missão de tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

MATÉRIA CÍVEL

1 – Família e Sucessões

Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**457**
Acordos firmados na Promotoria	**476**
Inspeções do Ministério Publico (tutelas e interdições)	**105**

2 – Varas Cíveis

Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**514**
Recursos interpostos pelo Ministério Público	**448**

3 – Fundações

Fundações em funcionamento	**182**
Visitas de inspeção realizadas	**114**
Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	**18**

4 – Fazenda Pública

Recursos interpostos pelo Ministério Público	**366**

5 – Registros Públicos

Ações ajuizadas pelo Ministério Público	**23**

6 – Falência e Recuperação de Empresas

6.1 – Matéria Criminal

Promoções diversas em inquéritos ou PICs	**253**
Extinção da punibilidade	**43**
Denúncias oferecidas	**25**

6.2 – Matéria Cível

Promoções em falências	**5.236**
Pareceres em falências	**1.230**
Promoções em recuperações judiciais	**209**
Pareceres em recuperações judiciais	**30**
Pareceres em habilitação de crédito	**5.149**
Recursos interpostos pelo Ministério Público	**12**
Ações ajuizadas	**10**

7 – Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre

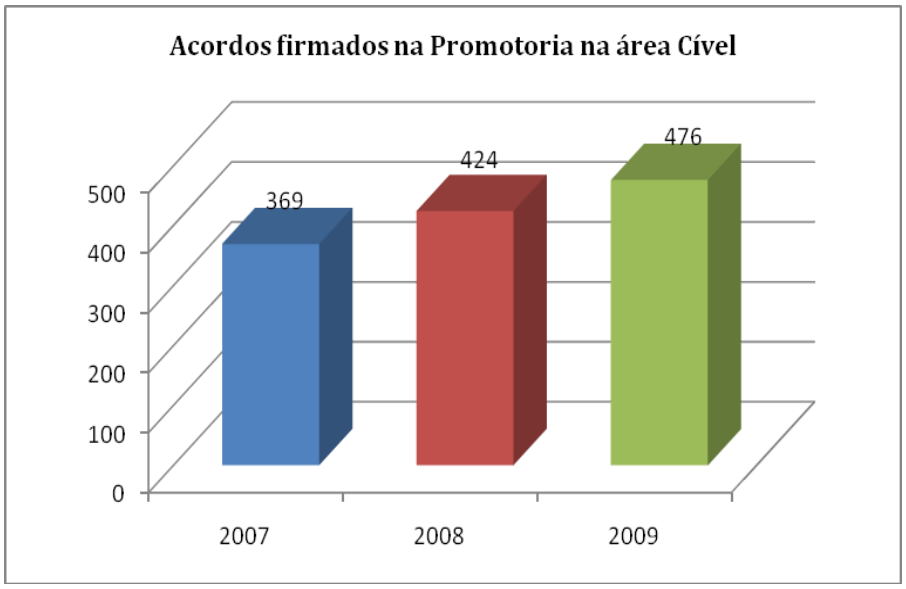
Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	**20**
Manifestação em ação com interesse de menor	**98**

8 – Dados Gerais

Audiências assistidas	**59.324**
Assistência a rescisões de contrato de trabalho	**10.611**

Dados Estatísticos

Um dos objetivos prioritários estabelecidos no Mapa Estratégico do Ministério Público é "Valorizar a atividade extrajudicial", uma clara opção pela a realização de acordos, que possuem maior grau de resolubilidade em relação à propositura da ação judicial. Assim, na seqüência, é apresentado gráfico evolutivo dos acordos firmados na área cível nos último três anos:



Os dados revelam um acréscimo de aproximadamente 30% no número de acordos realizados, o que demonstra a consonância da atuação ministerial com a estratégia proposta.

MATÉRIA ELEITORAL

1 – Atuação como Promotor Eleitoral

Inquéritos policiais recebidos no período	**770**
Outros expedientes investigatórios recebidos	**526**
Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	**195**
Pedidos de diligências em inquéritos policiais	**175**
Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período(Res.03/04-ECPMP)	**04**

Denúncias oferecidas	**119**
Promoções diversas em feitos criminais	**1.683**
Alegações finais	**107**
Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	**73**
Ações de impugnação de registro de candidatura propostas	**04**
Ações de impugnação de mandato eletivo	**02**
Investigações judiciais eleitorais propostas	**02**
Representações por propaganda irregular propostas	**22**
Razões em recurso interpostos pelo Ministério Público	**53**
Contra-razões em recursos	**82**

ATUAÇÃO NO SEGUNDO GRAU

1 – Procuradoria de Justiça Cível

Em 2009, a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	5.159	80.316	77.056	2.037	1.045
2008	2.037	75.166	71.841	1.793*	878
2009	1.793	97.515	92.465	2.681	813

***Observação**: A informação sobre a transferência processual contida no Relatório do ano de 2008 foi retificada no presente relatório.

2 – Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2009, a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a movimentação processual descrita a seguir:

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	1.778	35.793	35.552	482	428
2008	482	33.307	32.550	539	341
2009	539	35.382	34.654	722	306

3 – Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2009, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

	DESCRIÇÃO	TOTAL
I	Denúncias oferecidas perante a 4.ª CC – TJE	**36**
	Aditamento à Denúncia	**2**
	Comunicação de arquivamento de feitos à 4.ª CC – TJE	**154**
	Expedientes arquivados no Ministério Público c/publicação	**25**
	Pareceres com remessa de feitos às Comarcas	**20**
	Parecer remetendo feitos à Justiça Federal	**7**
	Pareceres com remessa de feitos ao TRE	**3**
	Pareceres em Queixa-Crime	**10**
	Pareceres sobre audiências preliminares	**13**
	Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal	**7**
II	Denúncias em expedientes remetidos às Comarcas	**5**
	Promoções de Arquivamento em Expedientes Remetidos às Comarcas	**4**
III	Manifestações sobre respostas escritas	**41**
	Pedidos de diligências e apresentação de quesitos – Art.10	**26**
	Alegações finais	**14**
	Pareceres com remessa de processos às Comarcas	**11**

	DESCRIÇÃO	TOTAL
	Pedidos de Extinção de Punibilidade	**15**
	Pareceres em processos de execução	**1**
	Pareceres sobre suspensão do Processo (Lei n.º 9099/95)	**5**
	Pareceres diversos	**94**
IV	Intimações	**336**
	Movimentações de expedientes e Processos Judiciais	**808**
V	Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	**69**
VI	Condenações	**2**
	Absolvições	**6**
	Absolvições a pedido do Ministério Público	**1**
	Denúncias recebidas/aditamentos	**31**
	Denúncias não recebidas/aditamentos	**3**
	Declinação de Competência ao Juízo do 1.º Grau	**114**
	Remessa à Comarca	**1**
	Queixa-Crime rejeitada	**2**
	Suspensão do processo c/art.89 da Lei n.9.099/95	**3**
	Transação penal – Lei n. 9.099/95	**6**
	Remessa aos Tribunais Federais	**6**
	Recursos	**2**
	Extinção da Punibilidade	**2**
VII	Audiência por precatória (Promotores comarca)	**-**
	Audiências de instrução no interior – Criminal	**94**
	Audiências de instrução em POA – Criminal	**69**
VIII	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	**26**
	N.º de Processos julgados	**203**
IX	Processos em andamento na 4.ª Câmara Criminal – TJE	**90**

4 – Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos, no ano de 2009, apresentou a seguinte movimentação processual:

Movimentação Processual da Procuradoria de Recursos

Processos Recebidos	**6.542**
Medidas Judiciais Protocoladas	**5.441**
Processos com inviabilidade recursal	**359**
Processos com outras providências*	**1.633**

* Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais

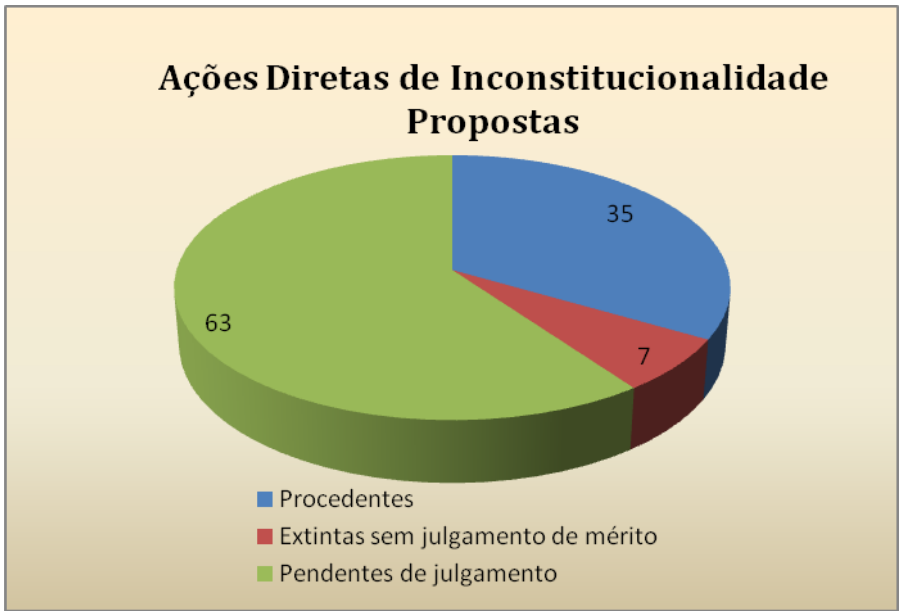
Tipos de Recursos Interpostos

TIPO DE RECURSO	CRIME	CÍVEL	TOTAL
Agravo de Instrumento	306	120	**426**
Agravo Interno	0	46	**46**
Agravo Regimental	3	3	**6**
Carta Sentença	41	0	**41**
Contra-Razão em Agravo de Instrumento	479	151	**630**
Contra-Razão em Agravo de Instr. ECA - Ato Infr.	0	41	**41**
Contra-Razão em Agravo de Instr. ECA - Outros.	0	16	**16**
Contra-Razão em Rec. Esp/Extr.	1210	0	**1210**
Contra-Razão em Rec. Esp/Extr.ECA	0	216	**216**
Contra-Razão em Rec. Esp/Extr.MP PARTE	0	360	**360**
Contra-Razão em Rec. Ordinário em HC	8	0	**8**
Contra-razão em Rec. Ordinário em MS	1	0	**1**
Embargos de Divergência	0	1	**1**
Embargos de Declaração	204	54	**258**
Embargos Infringentes	0	17	**17**
Medida Cautelar	63	2	**65**
Outros Feitos	112	39	**151**
Promoção de Praxe	1	0	**1**
Reclamação STJ/STF	7	0	**7**
Recurso Especial	1463	153	**1616**
Recurso Extraordinário	265	51	**316**

TIPO DE RECURSO	CRIME	CÍVEL	TOTAL
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	1	**1**
Recurso Ordinário em Habeas Corpus	4	0	**4**
Contestação de Medida Cautelar	2	1	**3**
TOTAL	**4169**	**1272**	**5441**

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

Em 2009, o Procurador-Geral de Justiça propôs **105** Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, **32** foram julgadas procedentes; **03** parcialmente procedentes; **07** extintas sem julgamento do mérito e **63** pendem de julgamento.



Aproximação com a Sociedade

Aproximação com a Sociedade

Uma das prioridades do Ministério Público é estar sempre próximo à comunidade. Neste desiderato, destacam-se os seguintes objetivos e projetos estratégicos e ações desenvolvidas no ano de 2009:

Objetivos e Projetos

Aprimorar o atendimento ao público

- **Programa de Atendimento ao Público**

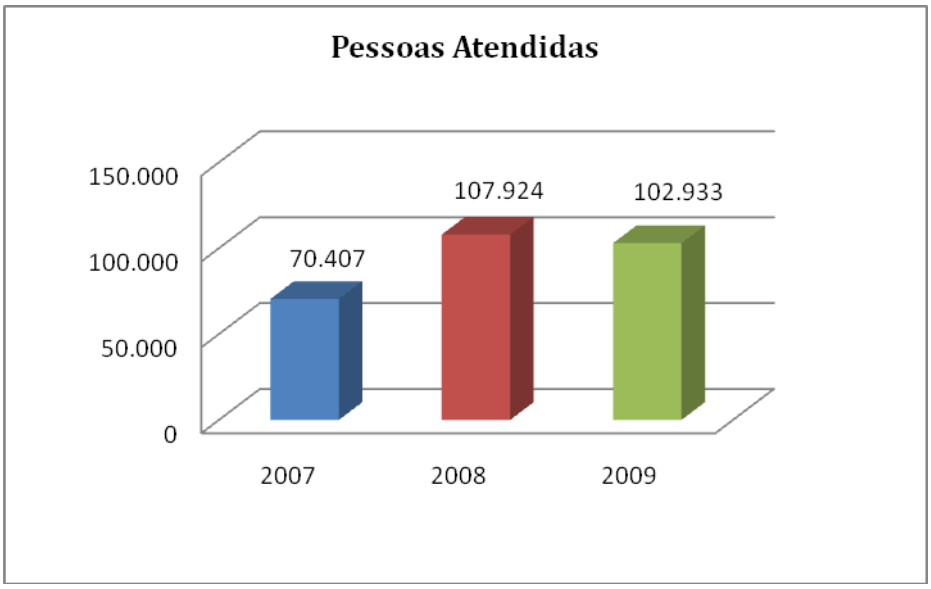
  A qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços do Ministério Público é um compromisso institucional. E para cumprir esse compromisso foi criado o Programa de Atendimento ao Público, composto pelos projetos: "Atendimento ao Público nas Promotorias de Justiça", "Atendimento ao Público na Sede do Ministério Público" e "Atendimento Virtual e Atendimento pela Ouvidoria". Seu objetivo é estabelecer padrões para as rotinas de atendimento, com especial atenção aos procedimentos de triagem, agendamento, encaminhamento e registro. O Programa foi iniciado em 2008, com a realização de uma pesquisa de satisfação com usuários e a execução do projeto Atendimento ao Público nas Promotorias de Justiça, em fase piloto, em 8 Promotorias de Justiça. No ano de 2009 o projeto foi implementado em mais três Promotorias de Justiça e concluído com a definição de um modelo unificado de atendimento para as Promotorias de Justiça.

Dados Estatísticos do Atendimento ao Público

Os dados referentes ao atendimento ao público, nos últimos três anos, são apresentados na tabela e gráfico abaixo:

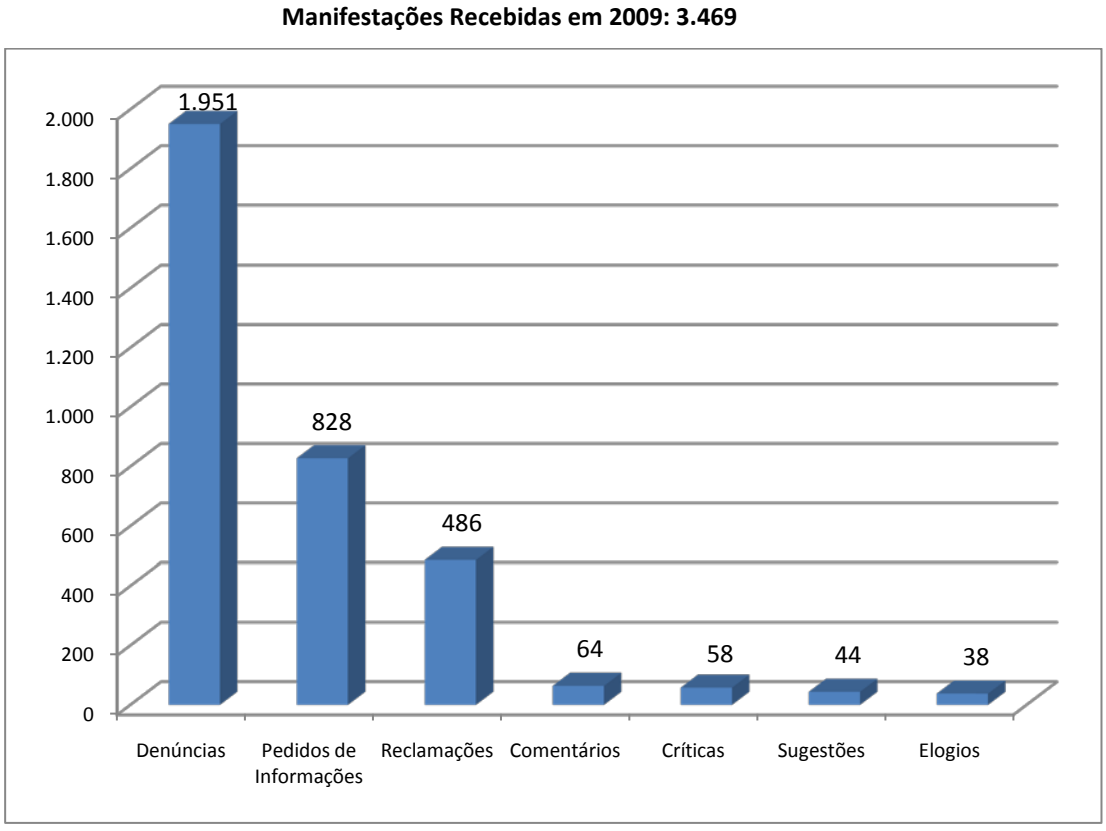
Pessoas Atendidas

Ano	Pessoas atendidas
2007	70.407
2008	107.924
2009	102.933
TOTAL	**281.264**



Pode-se contatar, a partir dos dados apresentados, que entre 2007 e 2008 houve um acréscimo de aproximadamente 53% no número de pessoas atendidas, dado este que manteve-se relativamenteestável no ano de 2009.

Dados da Ouvidoria do Ministério Público



Intensificar a comunicação do Ministério Público com a sociedade

- **Projeto Gabinete de Comunicação Social**

  Tem por finalidade qualificar a estrutura da comunicação social, tratando de forma integrada a comunicação interna e externa e atividades de cerimonial, visando o aprimoramento do processo e buscando assegurar a qualidade da informação. Para apoiar a consecução do projeto foi contratada consultoria na área de comunicação por meio de processo licitatório, que realizará diagnóstico da atividade de comunicação na instituição e proporá os aperfeiçoamentos necessários.

Apoiar alternativas comunitárias na resolução de conflitos

- **Projeto Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade**

  Em dezembro de 2009 foram firmados dois convênios com a União, um com a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, no valor de R$ 331.047,76 (trezentos e trinta e um mil, quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) e outro com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R$ 346.084,76 (trezentos e quarenta e seis mil, oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos). Os convênios visam a implantação de 4 núcleos restaurativos, nas comunidades Vila Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Vila Bom Jesus. A Justiça Restaurativa viabiliza a democratização dos processos de tomada de decisão ao possibilitar o diálogo entre as partes envolvidas para que decidam juntas a melhor solução para o conflito. O objetivo é que o agressor veja o ser humano que há na vítima, e que esta perceba a realidade do agressor. Através dessa ótica o crime é considerado uma agressão ao indivíduo, a vítima é considerada em suas particularidades; diferente do que ocorre no sistema tradicional de Justiça, que considera a transgressão um atentado à sociedade, sem focar-se no ser humano lesado. Nos círculos restaurativos (como são chamadas as reuniões entre as partes) os familiares, os amigos e a comunidade relacionada aos envolvidos diretos, podem expor seus pontos de vista e influir na decisão final. É uma proposta de mudança no modelo de responsabilidade, trazendo o olhar para a pessoa da vítima e colocando o acusado em uma condição mais humana para que ele compreenda a dor que causou. Por meio desta perspectiva a vítima tem a oportunidade de expressar o seu entendimento de justiça – que muitas vezes difere do convencional – e, conseqüentemente, sentir-se satisfeita, na medida em que interfere no destino do agressor e também ajuda a conduzir a reparação (quando isto é possível) do prejuízo sofrido.

Ações realizadas objetivando a aproximação com a sociedade

- **Operação Veraneio**

  Replicando experiências anteriores, o Ministério Público, visando atender o acréscimo significativo de demanda de trabalho nas praias do Litoral Norte durante o período de férias, implementou nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, nos meses de janeiro e fevereiro, o Programa Veraneio. Nesta 11ª edição, foram prestados 811 atendimentos ao público, e tramitaram, no Ministério Público, durante esses dois meses, 11.606 processos, a grande maioria destes versando sobre matéria criminal (9.093), sendo que os agentes ministeriais participaram de 1.636 audiências judiciais e extrajudiciais. No que se refere ao atendimento ao público, uma das prioridades do programa, verificou-se que 97,5% dos entrevistados avaliaram de forma positiva os serviços prestados pela Instituição, demonstrando que a edição 2009 mostrou-se ágil e adequada aos anseios da sociedade. Além disso, foram realizadas diversas ações no período como o monitoramento da qualidade dos alimentos, operações relativas ao combate ao tráfico de entorpecentes, pirataria e jogos ilícitos, tratamento de questões relativas à embriaguez ao volante, venda e o consumo de bebidas alcoólicas por parte de menores de 18 anos, ações de combate à poluição sonora, dentre outras. Outro ponto positivo a ser destacado é a credibilidade alcançada junto às organizações públicas e privadas e às parcerias firmadas.

Vistoria em estabelecimento comercial no município de Capão da Canoa – 27/01/2009

- **Ministério Público na Comunidade**

  Foi realizada em dezembro, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins, na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, mais uma edição do projeto Ministério Público na Comunidade. O projeto visa além de garantir o atendimento ágil à comunidade,

aprofundar os vínculos do Ministério Público com a sociedade em geral. As pessoas procuraram o Ministério Público para relatar problemas que ocorrem nas áreas da Infância e Juventude, Defesa do Meio Ambiente, Ordem Urbanística, Cível e do Patrimônio Público, Defesa dos Direitos Humanos, Criminal, e de Defesa do Consumidor. Foram atendidas 31 pessoas de forma individual e 16 entidades que representam a região do Cristal, Glória e Cruzeiro. Em parceria com o Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiregis), Escola Notarial e Registral, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio Grande do Sul e os Colégios Registral e Notarial, a população recebeu, também, orientações sobre como obter uma segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbitos. Quem não recebeu o documento na hora, teve a oportunidade de recebê-lo na data agendada.

"Vídeo falando das atribuições do Ministério Público foi apresentado "

Audiência Pública realizada na Escola Estadual Alberto Bins, município de Porto Alegre – 14/12/2009

- **Ciclo de Debates**

O Projeto Ciclo de Debates, desenvolvido pelo Memorial do Ministério Público, visou promover interação entre Ministério Público, Órgãos Executores e Sociedade. Os debates aconteceram nas dependências do Palácio do Ministério Público, localizado na Praça Marechal Deodoro nº 110, Centro, Porto Alegre.

- ✓ **Palestra "A violência contra a mulher"**

No dia 26 de março, o Memorial do Ministério Público promoveu o debate "A Violência contra a Mulher", que objetivou debater as agressões físicas, psicológicas,

sexuais, morais e patrimoniais sofridas pelas mulheres. O encontro, que reuniu psicólogos, assistentes sociais e representantes de associações de defesa da mulher, abordou os aspectos gerais da lei Maria da Penha: medidas protetivas, conceito de violência doméstica, violência de gênero, entre outros. Participaram na qualidade de palestrantes o Coordenador do CAO Criminal do Ministério Público, Promotor de Justiça David Medina da Silva, a Delegada Titular da Delegacia Especializada da Mulher, a Delegada de Polícia Nadine Farias, o Coordenador Geral de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Marcelo Sgarbossa e a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Rosmari de Castilhos.

- ✓ **Palestra "Drogas: Da repressão ao tratamento"**

A palestra, realizada no dia 28 de maio, abordou a utilização das diversas drogas existentes, dando maior ênfase ao crack e a sua repercussão negativa na sociedade contemporânea. Foram discutidas também as ações executadas pelos órgãos públicos de repressão e prevenção a fim de combater este problema social, bem como as dificuldades de pais em enfrentar essa questão no seio familiar, através do exercício de suas autoridades perante os filhos e na preservação dos valores éticos e morais. Palestraram no evento o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, Promotor de Justiça Fabiano Dallazen, a Psiquiatra Izabel Suano, o Delegado responsável pela Divisão de Prevenção e Educação (DIPE) do DENARC, Delegado de Polícia Roberto Leite Pimentel e o Promotor de Justiça Fábio Costa Pereira, representante do Ministério Público na força-tarefa de combate aos bingos.

Mesa de Abertura da Palestra – 28/05/2009

✓ **Debate "Direitos Humanos e o Sistema Prisional"**

O evento, realizado em 16 de junho, teve por objetivo discutir a aplicação dos Direitos Humanos no sistema prisional, e contou com Gilmar Bortolloto, que atua na Promotoria de Justiça Especializada de Controle e Execução Criminal, e Francesco Conti, Coordenador do Cento de Apoio de Defesa dos Direitos Humanos como palestrantes. Os principais temas do debate giraram em torno da superlotação dos presídios, a falta de acesso dos presos a direitos fundamentais e a dificuldade de re-socialização, face à situação atual do sistema carcerário.

Abertura do Debate – 16/06/2009

✓ **Debate "O Bullying e os efeitos dessa prática"**

No dia 16 de julho foi realizado o debate sobre o *Bullying*, expressão estrangeira que significa a violência física e/ou moral praticada contra determinado grupo ou pessoa. A discussão mostrou as facetas deste problema social através da apresentação dos especialistas da área jurídica, de ensino e psicologia a respeito das conseqüências negativas que acarretam na vítima deste tipo de agressão. O evento teve como debatedores a Coordenadora do CAO da Infância e da Juventude do MP/RS, o professor da Escola Estadual de Ensino Médio Padre Reus, Aloizio Pedersen e o médico psiquiatra judiciário do juizado da Infância e Juventude do TJ/RS, Monserrat Martins.

Exposição realizada durante o evento – 16/07/2010

- ✓ **Palestra "A nova Lei Rouanet e o financiamento da cultura no Brasil"**

O evento realizado em 20 de agosto, teve como palestrantes o Secretário Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social, Fernando Schüler, o Historiador e Produtor Cultural, Gunter Axt e o Cineasta e Produtor Cultural, Henrique de Freitas Lima, com mediação da Supervisora do Memorial, Promotora-Assessora Mauren Jardim Gomes. Os palestrantes discutiram sobre o projeto de lei que altera a lei federal 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet, que institui políticas públicas para a cultural nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac. Entre os objetivos da nova lei está a desconcentração dos investimentos (hoje o eixo Rio-São Paulo abriga a maior parte do volume dos recursos aplicados), assim como dar mais transparência aos processos.

Palestrantes no evento – 20/08/2009

✓ **Palestra "Uma Via para a Vida" Transplantes – Doação de Órgãos**

Mitos e Verdades sobre a Doação de Órgãos, este foi o enfoque da palestra proferida pelo médico José Camargo em 28 de setembro, no Palácio do Ministério Público. Os Deputados Federais Beto Albuquerque e Carlos Eduardo Vieira da Cunha, a psicóloga Maria Lucia Kruel Elbern, presidente da Via Vida, e a Médica Rosana Nothen, coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes foram os debatedores do evento.

Cerimônia de Abertura da Palestra - 29/10/2009

✓ **Debate "O Papel da Família e da Escola no Tratamento da Dependência Química"**

Foi realizado na noite de 29 de outubro, debate a respeito da dependência química entre crianças e adolescentes e sobre as formas de evitar e combater o problema. O evento contou com as explanações do psicanalista e presidente da Comunidade Terapêutica Fazenda Novos Rumos, Carlos Alberto Santetti, e da pedagoga e assistente voluntária Doris Walther.

Palestrantes do Evento - 29/10/2009

✓ **Palestra "Arte na sociedade de consumo"**

A palestra, realizada em 26 de novembro, último evento do Projeto Ciclo de Debates em 2009, foi proferida pela artista Liana Timm. Durante o debate, a artista discorreu, por meio de exemplos, sobre o que é considerado arte nos dias de hoje.

Apresentação da palestrante – 26/11/2009

- **Projeto "Os Caminhos da Matriz"**

No dia 23 de maio, o Memorial do Ministério Público em parceria com o Museu Julio de Castilhos, Cerimonial do Palácio Piratini, Solar dos Câmaras e Memorial do Judiciário realizaram o projeto "Os Caminhos da Matriz". Com esse projeto os gaúchos tiveram a oportunidade de conhecer o Palácio do Ministério Público, bem como os demais prédios históricos do entorno da praça. A preocupação com a preservação do patrimônio depende de conhecimento e informação. Assim, integrando esse projeto, o Ministério Público também está desempenhando seu dever constitucional. O evento reuniu grande público que, de forma gratuita, pode aproveitar o fim de semana para passear pela Praça da Matriz no centro da capital, bem como conhecer as exposições permanentes e temporárias através de visitas guiadas pelas equipes de cada órgão. Ao total foram realizados sete passeios, sempre no último sábado de cada mês.

- **Semana da Criança**

Em razão da comemoração do dia da criança no dia 12 de outubro, o Memorial levou ao Palácio do Ministério Público, nos dias 13 e 15, alunos de escolas municipais de Porto Alegre. O objetivo foi interagir com público infanto-juvenil com a proposta de apresentar a história rio-grandense, contada pela cronologia do prédio, das personalidades gaúchas que passaram

pela instituição e das atividades desenvolvidas pelos promotores e procuradores de Justiça. A interação se deu através de desenhos, de reprodução de vídeos e pela prática de brincadeiras educativas no pátio do Palácio. Ao final do passeio, as crianças receberam brinquedos doados pelos membros e servidores da Instituição através da coleta realizada nos prédios.

Semana da Criança, visita dos alunos da Escola Afonso Guerreiro de Lima – 15/10/2009

- **Projeto "Escolegal"**

O "Escolegal" é uma iniciativa do Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência (ICDE) com parceria do Ministério Público, da Rede de Cooperação Integrada por Escolas Estaduais do RS (Redescola) e da Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre (Ajepoa). O Projeto visa educar alunos, pais e professores quanto ao risco de consumo de produtos ilícitos e seu fácil acesso a essas mercadorias e sua correlação com o tráfico de drogas e violência. O objetivo é despertar a conscientização para os malefícios provocados, alertando a comunidade escolar para o risco do uso de produtos piratas e contrabandeados. Inicialmente o Projeto foi desenvolvido em três escolas da rede estadual de Porto Alegre, com o acompanhamento da equipe técnica da Divisão de Assessoramento Técnico do Ministério Público na Escola Estadual Júlio Grau. No dia 5 de maio, no auditório do Ministério Público, ocorreu o lançamento da iniciativa conjunta do "Escolegal" e da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", denominada "Ilícitos socialmente aceitos na sociedade". A campanha, que visa atingir 6.300 escolas no estado, tem como objetivo elucidar a comunidade escolar da importância em combater atos corruptos ainda admitidos no cotidiano.

Lançamento da campanha – 05/05/2009

- **Portal Transparência**

  Em agosto de 2009, o Ministério Público assinou acordo de cooperação, com os demais poderes, visando à divulgação de dados da execução orçamentária e financeira, por meio do Portal Transparência do Rio Grande do Sul. No espaço destinado ao MP, o internauta pode consultar dez seções: Ouvidoria, Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Diário Eletrônico, Receitas, Gastos, Prestação de Contas, Licitações, Legislação e Membros MP. Desta maneira, a navegação torna-se ágil e os dados são disponibilizados de forma gratuita e segura.

Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação – 18/08/2009

- **11ª edição do "Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul"**

  A 11ª edição do "Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul" foi lançado no dia 29 de junho. O evento foi realizado no Dia do Ministério Público, ocasião em que a Instituição aproveitou para homenagear a Imprensa. Foram entregues placas de reconhecimento a grupos de comunicação. O prêmio/2009 foi entregue dia 14 de dezembro, Dia Nacional do MP, no Palácio do Ministério Público. Após examinar 46 trabalhos inscritos, foram escolhidas no final do ano, as melhores reportagens editadas em jornal, rádio e televisão sobre as ações da Instituição. Os vencedores receberam prêmios em dinheiro e comendas, oferecidas pela Associação do Ministério Público e Escola Superior do Ministério Público, bem como um final de semana no Hotel Continental, em Canela. O prêmio promovido pela Instituição teve apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e da Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

  - ✓ **Mídia Impressa:**

    O primeiro lugar na categoria Reportagem/Impressa foi conquistada pela reportagem "Condenados à liberdade", de autoria dos jornalistas Francisco Amorim e Humberto Trezzi, publicada no dia 21 de junho deste ano pelo Jornal Zero Hora e que discorre sobre o drama da superlotação carcerária e a luta do Ministério Público para reverter decisões judiciais. O segundo lugar foi obtida pela matéria "Promotores do diálogo", de autoria dos jornalistas Emilio Rotta e Ermilo Drews, publicada no dia 11 de novembro deste ano no Jornal O Informativo do Vale, de Lajeado, que trata da conduta de Promotores de Justiça que têm ajudado suas comunidades.

  - ✓ **Rádio:**

    Na categoria Reportagem/Rádio, venceu a reportagem "Operação Grande Família – Um golpe no tráfico de drogas na Região Metropolitana de Porto Alegre", de autoria do jornalista Cid Martins, veiculada em 22 de outubro deste ano na Rádio Gaúcha narrando a ação que desarticulou a maior quadrilha de tráfico de entorpecentes da Capital. A segunda colocação ficou com a reportagem "Jovens de Santa Cruz transformam Internet em área para espalhar vídeos que mostram badernas, bebedeiras e brigas", de autoria do jornalista José Renato Andrade Ribeiro, veiculada em 20 de fevereiro deste ano na Rádio Gazeta AM 1180, de Santa Cruz do Sul, que ilustra situações que ocorriam na cidade.

- **Televisão:**

  Na categoria Reportagem/TV, ganhou a série de reportagens “Caos nos presídios”, de autoria do jornalista Daniel Scola, exibida nos dias 23, 24 e 25 de março deste ano, na RBS TV, mostrando que os locais que deveriam ser para recuperação de presos, estão superlotados e servem como redutos de facções criminosas. Em segundo lugar ficou a reportagem “Transformando caça-níqueis”, de autoria da jornalista Aline Schneider, exibida dia 10 de julho deste ano na TV Record, tratando da transformação das máquinas de jogos em diversos utensílios e objetos de decoração.

- **Fotografia:**

  Na categoria Fotojornalismo, o vencedor foi o fotógrafo Ronaldo Bernardi, do jornal Zero Hora, com a sequência de fotos que mostra o flagrante de furto de caminhões, publicada dia 26 de maio deste ano. O segundo lugar foi conquistado pelo fotógrafo Daniel Marenco, também de Zero Hora, com fotos que mostram a precariedade do Presídio Central, publicadas no dia 16 de novembro de 2008.

Procuradora-Geral durante o lançamento do Prêmio Jornalismo – 29/06/2008

Eventos Externos realizados no Auditório do Ministério Público

- **Seminário sobre Gestão do Orçamento Público**

  Do dia 28 a 30 de abril, nas dependências do auditório do Mondercil Paulo de Moraes do Ministério Público, aconteceu o VIII Seminário Rio-Grandense sobre Orçamento Público. Com o tema "As Leis Orçamentárias como Instrumentos de Gestão", o evento foi promovido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop). Com o objetivo de promover a capacitação de técnicos que atuam no setor de orçamento público no âmbito nacional, estadual e municipal e promover a troca de experiências e técnicas de gestão, os debates do Seminário incluíram prestação de contas de convênios e auxílios, formas de participação no planejamento do orçamento público e aspectos legais na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

Abertura do Seminário – 28/04/2009

- **Seminário no MP debate as responsabilidades do prefeito**

  A responsabilidade administrativa, civil e penal dos prefeitos e demais administradores públicos municipais foi o tema do Terceiro Seminário Central de Qualificação em Gestão Pública, que aconteceu nos dias 5 a 7 de maio, no auditório do Ministério Público, em Porto Alegre. O evento foi destinado aos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 496 Municípios do Estado, assim como aos Procuradores e Assessores Jurídicos Municipais, Promotores e Procuradores de Justiça. O Seminário integra o Programa de Qualificação em Gestão Pública e é uma promoção da Famurs –Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul- e Fundação Escola Superior do Ministério Público, com o apoio da CDP Consultoria em Direito Público, Corag e patrocínio do Banrisul. Com a realização do terceiro Seminário, o

Programa de Qualificação em Gestão Pública fechou seu primeiro ciclo de encontros. As ações de capacitação contemplam também doze seminários regionais, levando ao interior do Estado estudos e debates pontuais acerca de temas imprescindíveis à boa administração.

Abertura do Seminário – 05/05/2009

- **Congresso sobre Direito Desportivo**

O Congresso Internacional de Direito Desportivo, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público ocorreu nos dias 11 e 12 de maio, no auditório do Ministério Público. Centenas de profissionais da área e estudantes de Direito participaram, discutindo aspectos jurídicos de temas como direitos federativos e econômicos, Superior Tribunal de Justiça Desportiva e transferência de jogadores. Um dos temas destacados durante a abertura do Congresso foi a preparação gaúcha para a Copa do Mundo 2014. Diversas autoridades ligadas ao esporte, como o Vice-Prefeito de Porto Alegre e secretário extraordinário da Copa de 2014, José Fortunati, e o deputado estadual Cassiá Carpes, acompanharam a abertura do Congresso.

Abertura do Congresso – 11/05/2009

- **V Simpósio de Contratos, Licitações e Controle de Atos Administrativos**

  Repetindo experiência de 2008, o Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia-Geral da União postulou junto ao MP-RS a realização do V Simpósio de Licitações, Contratos e Controle de Atos Administrativos no auditório da sede do Ministério Público em Porto Alegre. Para tanto, o Ministério Público cedeu suas dependências para o evento, gratuitamente, e a AGU reservou cerca de 70 (setenta) vagas gratuitas para membros da Instituição. O evento foi realizado no Auditório Mondercil Paulo de Moraes nos dias 13, 14 e 15 de maio, com o objetivo de propiciar a atualização, o aprimoramento e a capacitação dos servidores públicos federais, estaduais, civis e militares. O seminário teve como tema central "Licitações, contratos e controle dos atos administrativos".

- **Seminário sobre Radiações não Ionizantes**

  O I Seminário Internacional sobre Radiações Não Ionizantes, a Saúde e o Ambiente, aconteceu no dia 18 de maio. Realizado pela UFRGS, o evento teve em sua comissão organizadora a Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Ana Maria Marchesan. Durante dois dias, cientistas e profissionais da saúde discutiram, no auditório do Ministério Público, os riscos à saúde e limites à exposição humana para esse tipo de radiação. Foram também apresentados resultados de pesquisas científicas sobre o tema e alternativas para uma utilização segura dos sistemas que envolvem radiações não ionizantes. Além dos pesquisadores internacionais e nacionais convidados, participaram do seminário representantes da Organização Mundial da Saúde e dos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Emprego, Minas e Energia e das Comunicações, as Secretarias Municipal e Estadual da Saúde.

Abertura do Seminário – 18/05/2009

- **Congresso "Direito Francês e Brasileiro: Perspectivas Nacionais e Comparadas"**

  O encontro, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-França, em parceria com instituições internacionais como a Chaire Régulation de SciencesPo (Paris), a Université de Strasbourg (Centre du droit de l'entreprise) e a Université Paris I Panthéon-Sorbonne, ocorreu do dia 25 a 28 de maio no auditório do Ministério Público e no dia 29 no plenário do Tribunal de Justiça. Devidamente chancelado como evento oficial do "Ano da França no Brasil", o congresso reuniu mais de 22 professores e juízes franceses e cerca de 33 palestrantes brasileiros. Para cada tema, foi apresentado relatórios nacionais seguido da realização de mesa redonda de direito comparado. A riqueza dos temas e a pertinência dos debates traduzem-se em uma aproximação jurídica, política e econômica entre os dois países. O congresso marca, ainda, a publicação do livro "Introdução ao Direito Francês", obra escrita por pesquisadores com pós-graduação nas principais universidades francesas. Foram debatidos por especialistas de renome mundial temas que foram do direito público ao direito privado, da Reforma do Estado às questões envolvendo a Justiça e os direitos fundamentais, de importantes aspectos do direito internacional privado ao direito empresarial.

Abertura do Congresso – 25/05/2009

- **VIII Seminário Internacional de Direitos Fundamentais**

  O VIII Seminário Internacional de Direitos Fundamentais, que ocorreu nos dias 18 e 19 de setembro, foi organizado pelo Ministério Público gaúcho em parceria com diversas instituições da área jurídica. O evento que reuniu especialistas brasileiros, espanhóis e portugueses ocorreu no Auditório do Ministério Público, em Porto Alegre. Foram discutidas no encontro questões relativas à saúde e ao socioambientalismo. No dia 18, o painel "O

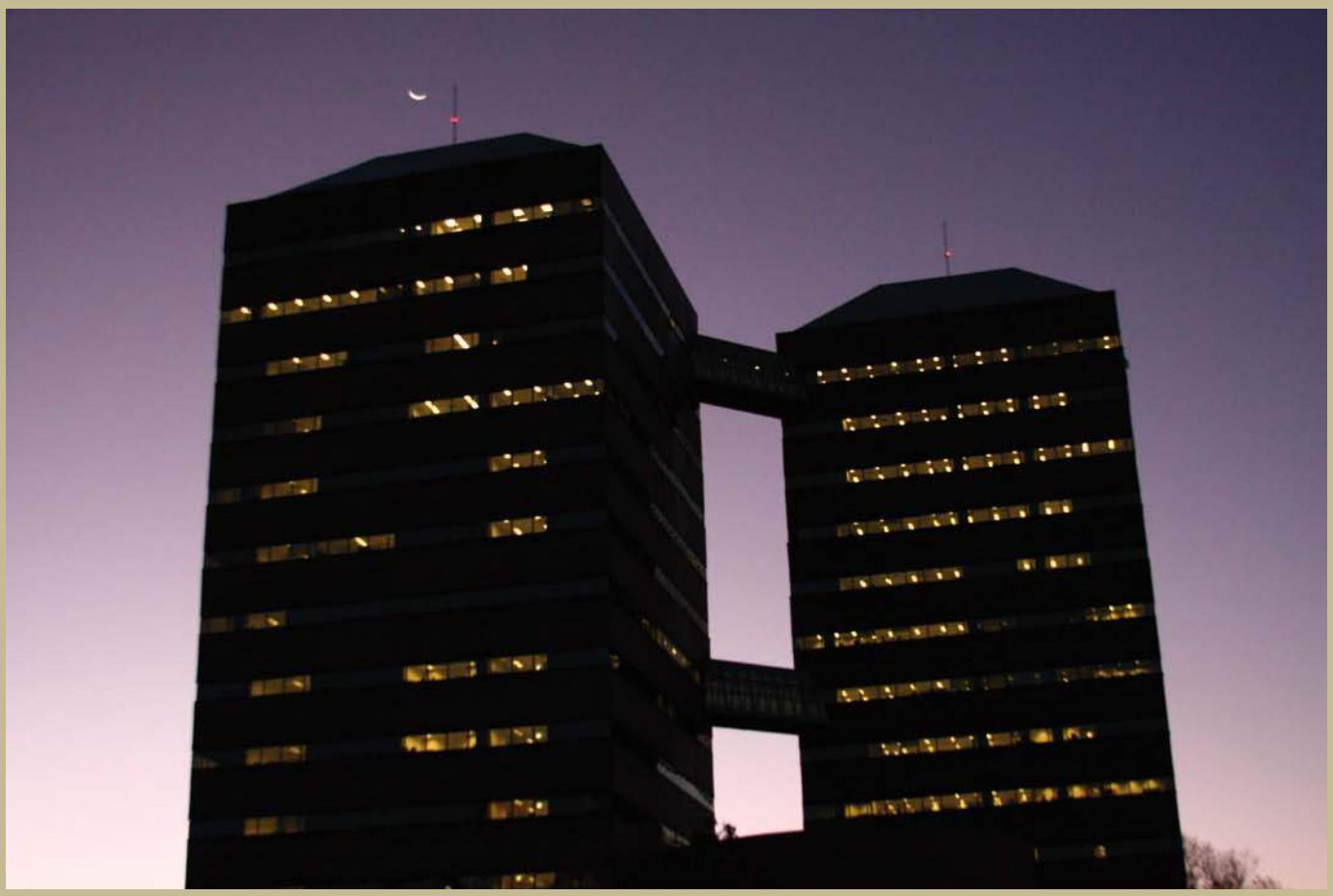
papel dos agentes públicos no direito à saúde como direito e dever fundamental", trouxe ao Estado a Ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha. Logo após, "A perspectiva comparada: Espanha, Portugal e Brasil" teve como palestrantes o professor de Direito Constitucional da Universidade de Granada, na Espanha, Jose Maria Porras Ramirez; o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Jorge Reis Novais; e o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado e professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Ingo Wolfgang Sarlet. No dia 19, o seminário prosseguiu com a discussão de temas relacionados ao Estado Socioambiental e, novamente, ao direito à saúde. Participam dos painéis, entre outros, o professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vasco Pereira da Silva; e o Procurador de Justiça gaúcho Lenio Luiz Streck.

- **1ª Conferência Internacional Garantismo e Gestão Pública – Separação dos Poderes: funções de governo e funções de garantia**

  A conferência, proferida pelo renomado jurista italiano Luigi Ferrajoli, ocorreu em 20 de novembro, no auditório do Ministério Público, e contou com a presença de Procuradores e Promotores de Justiça, Magistrados, Advogados, gestores públicos e acadêmicos. Na palestra, Ferrajoli que é considerado um dos mais proeminentes pensadores contemporâneos do Direito, abordou sobre sua teoria da separação dos poderes e funções de governo. O evento foi promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e pela Federação das Associações de Municípios do RS – Famurs.

Público do evento – 20/11/2009

Atuação Administrativa



Atuação Administrativa

A atuação administrativa do Ministério Público reflete as atividades de gestão orçamentária e financeira, infra-estrutura institucional, gestão de pessoal e melhoria dos processos de trabalho. Essas atividades são imprescindíveis para que sejam disponibilizados os meios necessários para a realização das atividades finalísticas da instituição, bem como para a utilização dos recursos públicos com a mais plena eficiência. Além disso, a atuação administrativa empreende esforços em projetos e ações, em especial na perspectiva "Pessoas e Tecnologia", que auxiliam no alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do Ministério Público.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Assegurar os recursos necessários e qualificar sua gestão

O Ministério Público, apesar da crise econômica do último ano e da meta estabelecida pelo Poder Executivo em atingir e manter déficit zero, assegurou, para o exercício de 2009, um orçamento de R$ 541.508.997,51 (quinhentos e quarenta e um milhões, quinhentos e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinqüenta e um centavos), sendo que o do Estado foi de R$ 28.611.343.923,00 (vinte e oito bilhões, seiscentos e onze milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e três reais). Segue, abaixo, quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Orçamento Aprovado	Receita Corrente Líquida	Orçamento Aprovado*	Orçamento Executado*
2005	17.277.776.891,00	12.349.352.038,87	436.702.555,00	445.891.510,89
2006	19.519.616.045,00	13.312.366.814,84	490.574.409,00	486.265.165,52
2007	20.678.084.920,00	13.991.366.037,10	509.570.195,00	496.000.207,09
2008	21.295.775.610,00	16.657.785.043,53	509.000.000,00	508.086.128,38
2009	28.611.343.923,00	17.387.287.460,48	534.520.000,00	541.508.997,51

Fontes: Orçamento e Balanço Geral do Estado de 2005 a 2009.

Receita Corrente Líquida x Orçamento Executado no Ministério Público

O quadro abaixo demonstra o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao Ministério Público nos últimos cinco anos.

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Receita Corrente Líquida	% Crescimento	Orçamento Executado	% Crescimento
2005	12.349.352.038,87	-	446.723.359,00	-
2006	13.312.366.814,84	7,80%	486.275.868,00	9,05%
2007	13.991.366.037,10	13,30%	496.000.207,00	11,24%
2008	16.657.785.043,53	34,89%	508.086.128,00	13,95%
2009	17.387.287.460,48	40,80%	541.643.552,00	21,44%

Observa-se que, no período, o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado foi de 40,80% enquanto o Orçamento Executado pelo Ministério Público evoluiu apenas 21,44%.

A partir do exercício de 2007, com a adesão do Ministério Público ao esforço coletivo de todos os Poderes e Órgãos, empreendido no sentido de atingir o equilíbrio das contas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, com utilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumento de limitação na distribuição do volume orçamentário entre os Poderes e Órgãos, definindo percentuais fixos de crescimento para cada exercício, a Instituição enfrentou severa redução na sua capacidade de investir, e mesmo custear, a infra-estrutura necessária à manutenção da qualidade na prestação dos serviços que constitucionalmente são de sua competência.

Uma vez retomada a estabilidade fiscal nas contas públicas, o Ministério Público tem empreendido esforços na recuperação de um crescimento do volume de seus recursos orçamentários, a fim de torná-lo compatível com o atual crescimento da Receita Corrente Líquida e que venha a atender as demandas reprimidas pelas perdas havidas nesse esforço efetuado de forma responsável e já exitosa.

Orçamento de 2009 por grupo de despesa: Aprovado x Executado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Executado, no âmbito do Ministério Público, em 2009, por grupo de despesas.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	465.520.000,00	49.000.000,00	20.000.000,00	534.520.000,00
Executado	474.695.199,22	54.992.401,92	11.821.396,37	541.508.997,51

A despesa orçamentária executada no ano de 2009 foi de R$ 541.508.997,51 (quinhentos e quarenta e um milhões, quinhentos e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 101,31% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Deste total, 10% foram destinados a despesas de custeio, 2% a despesas de capital e 88% a despesas de pessoal.

Verifica-se, dessa forma, o pleno atendimento deste objetivo do Mapa Estratégico ligado à Gestão Orçamentária, à medida que qualificaram-se os índices de execução orçamentária, através do esforço empregado pela Instituição, garantindo, assim, os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R$ 474.695.199,22 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, cento e noventa e nove reais e vinte e dois centavos) destinados a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cumpre referir que o respectivo montante enquadra-se nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como cabe destacar que o percentual de 88%, em relação ao total do executado, justifica-se plenamente tendo em vista a natureza das atividades Instituição, as quais caracterizam-se essencialmente como prestação de serviços públicos.

Despesas de Custeio

No que diz respeito aos R$ 54.992.401,92 (cinqüenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e um reais e noventa e dois centavos) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos foram as despesas com a prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados, conservação de bens móveis, etc) e a locação de mão-de-obra (vigilância e segurança e limpeza e higiene, etc), conforme demonstrado na tabela a seguir:

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16.595.465,61
Locação de Mão-de-Obra	10.998.577,03
Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas	8.509.450,00
Auxílio-Alimentação	4.019.441,49
Material de Consumo	4.579.954,08
Despesas de Exercícios Anteriores	2.959.255,28
Auxílio-Transporte	2.111.084,54
Diárias	1.954.189,95
Outros Benefícios Assistenciais	1.700.226,77
Indenizações e Restituições	578.095,61
Outras despesas	986.661,56
TOTAL	**R$ 54.992.401,92**

Salienta-se que o montante aplicado está adequado ao perfil de distribuição de recursos no Ministério Público, considerando-se os grupos de despesa, bem como está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infra-estrutura e das demais despesas de custeio da Instituição.

Despesas com Investimentos

Em relação aos R$ 11.821.396,00 (onze milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e noventa e seis reais) destinados a Despesas de Capital, cabe destacar que os valores mais expressivos foram as aquisições de equipamentos de informática e os investimentos empregados em obras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS	
Veículos	**R$ 747.285,00**
Mobiliário em Geral (Mobiliário Ergonômico R$ 1.280.307,00)	**R$ 1.511.111,00**
Equipamentos de Informática (Microcomputadores R$ 3.055.000,00)	**R$ 4.158.000,00**
Equipamentos Núcleo de Inteligência do MP	**R$ 410.000,00**
Diversos (Patrimônio/Engenharia/Telefonia/Biblioteca/CEAF)	**R$ 509.876,00**
Obras (Construção/Ampliação/Reforma/Manutenção)	**R$ 4.248.405,00**
Terrenos (Catuípe/Dois Irmãos/Herval/Iraí/Rodeio Bonito)	**R$ 236.719,00**
TOTAL	**R$ 11.821.396,00**

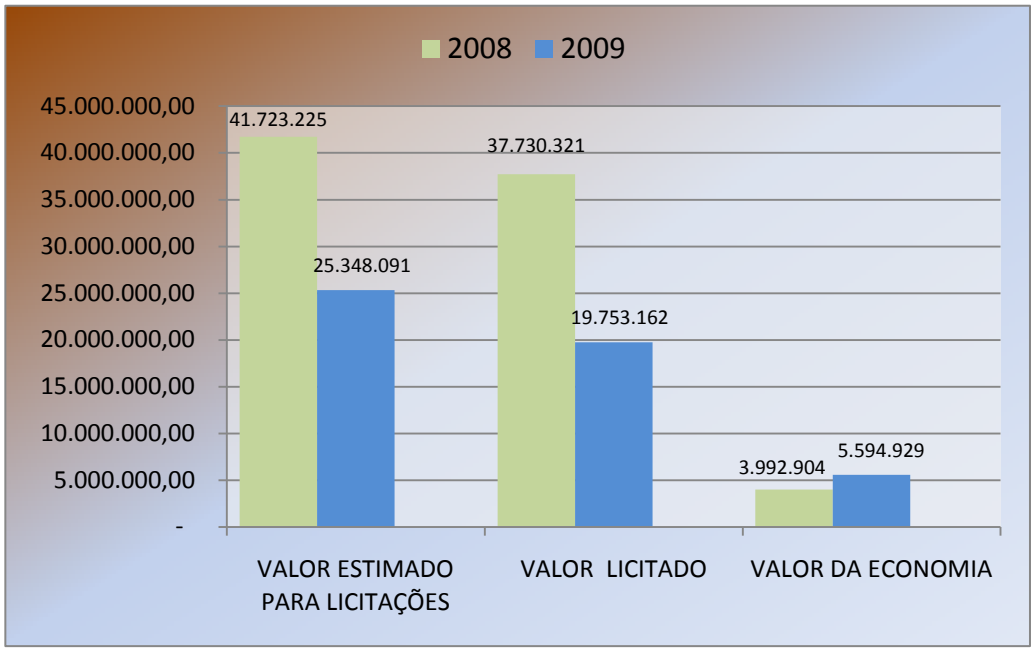
Importante destacar a preocupação do Ministério Público com a política de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, traduzida, exemplificativamente, na aquisição de mobiliários ergonômicos voltados a proporcionar melhores condições para membros e servidores no desenvolvimento de suas atividades funcionais. Essa ação, cujo cronograma está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, faz parte do Programa "Melhoria do Clima Organizacional", o qual está inserido no Objetivo "Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho", do Mapa Estratégico do Ministério Público.

Aquisição de bens e serviços

Destaca-se ainda, o trabalho executado na área de licitações que repercutiu na otimização dos recursos orçamentários disponibilizados para as despesas de capital e de custeio e na economia para os cofres públicos, reforçando as ações vinculadas ao objetivo estratégico de assegurar recursos orçamentários e qualificar sua gestão.

O gráfico abaixo traz o comparativo de dados, na área de licitações, entre os exercícios de 2008 e 2009.

Variação do Valor Licitado/Cotado Frente ao Valor Estimado



Cabe ressaltar que, no ano de 2009, os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações resultaram em 176 procedimentos licitatórios julgados, o que representou um incremento de 76% em relação ao ano anterior. Houve, ainda, na comparação entre o valor efetivamente licitado e o

valor estimado previamente, uma redução de 22,07%, alcançando, em termos absolutos, uma economia de R$ 5.594.929,00.

Ferramentas de compartilhamento da gestão

Ainda na esteira da diretriz estratégica ligada à qualificação da gestão orçamentária, foram iniciados, no exercício de 2009, no âmbito do Ministério Público, o desenvolvimento dos seguintes sistemas:

- Sistema de Gestão Orçamentária – SGO;
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Estado – RHE.

A construção do SGO teve como diretriz tornar mais transparente e eficiente a gestão orçamentária e financeira. Desenvolvido para planejar e controlar as demandas de custeio e investimento, de forma compartilhada, passa a refletir a estrutura orgânica e funcional da Instituição.

O Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Estado – RHE – está sendo construído em conjunto com os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo para auxiliar tanto na Gestão de Pessoas quanto na Gestão Orçamentária e Financeira, no que diz respeito às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Da mesma forma que o SGO, o RHE foi parametrizado/customizado para contemplar as necessidades do Ministério Público, permitindo o rígido controle das despesas de pessoal, refletindo a estrutura orgânica e funcional da Instituição e tornando eficiente, ágil e transparente a Gestão de Pessoas.

Dados Orçamentários encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público

O quadro abaixo contém informações orçamentárias da Instituição prestadas ao Conselho Nacional do Ministério Público em razão do disposto na Resolução nº 12/2006 do referido Órgão.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS	
Descrição	**Valor**
PIB do Estado	R$ 202.955.000.000,00
Orçamento do Estado	R$ 28.611.343.923,00
Orçamento do Ministério Público	R$ 534.520.000,00

DADOS ORÇAMENTÁRIOS	
Descrição	**Valor**
Despesa total executada pelo Ministério Público	R$ 541.508.997,51
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público	R$ 54.992.401,92
Despesa de capital executada pelo Ministério Público	R$ 11.821.396,37
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	R$ 474.695.199,22
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestre	1,63222%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadrimestre	1,68550%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestre	1,72007%

INFRA-ESTRUTURA

O investimento em melhorias na infra-estrutura, por meio da construção de sedes próprias, além de proporcionar melhorias nas condições de trabalho, vem contribuindo para a construção da identidade institucional do Ministério Público e qualificação dos serviços prestados à sociedade.

O Ministério Público possui atualmente 144 sedes próprias e 49 sedes locadas, sendo que destas 13 são locadas do Tribunal de Justiça e 37 de terceiros, ocupando uma área total de 111.150.54 m^2.

Evolução das Sedes Próprias 2002-2009

Ano	Sedes próprias construídas	Total de sedes próprias
Até 2002	43	43
2003	11	54
2004	18	72
2005	25	97
2006	14	111
2007	17	128
2008	5	133
2009	11	144

Construção de novas sedes

Em 2009 foram edificados 14.233 m^2 compreendendo construções, ampliações, reformas e cobertura de estacionamentos. Deste total, 5.404 m^2 representam 11 sedes entregues em 2009.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Inaugurado em 02 de abril de 2009, localizado na Rua Fernando Machado, 832, Centro, a edificação conta com uma área de 1.642 m². O prédio de seis andares possui um auditório para 70 pessoas, 2 salas de aula com 40 lugares cada, 2 salas de aula com 30 lugares cada, 2 laboratórios de informática com 16 computadores cada, além de um espaço de convivência e salas de estudos. A estrutura comporta ainda sala de reuniões e as salas de trabalho das pessoas alocadas no CEAF. O

novo espaço equipado com modernos recursos técnicos é capaz de atender a demanda de cursos, encontros, palestras e outras atividades similares, representando o reconhecimento da importância do desenvolvimento de membros e servidores e a preocupação da Instituição em proporcionar condições que favoreçam o processo de aprendizagem.

Fachada do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Promotorias de Justiça

- **Crissiumal**

  Inaugurada em 09 de setembro de 2009, com 160 m^2 de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Crissiumal está localizada na Rua Vinte de setembro, 275, Centro.

Fachada Promotoria de Justiça de Crissiumal

- **Encruzilhada do Sul**

  O imóvel localizado na Rua Rodolfo Taborda, 77 Centro, possui 164 m^2 de área construída e foi inaugurado em 10 de dezembro de 2009.

Fachada Promotoria de Encruzilhada do Sul

- **Porto Alegre – Regional do Partenon**

  Em 31 de março de 2009 foi inaugurada a sede da Promotoria de Justiça Regional do Partenon, que fica localizada na Avenida Coronel Aparício Borges, 1817, no Bairro Partenon. A obra conta com uma área construída de 711,08 m², divididos em seis pavimentos, que englobam 14 gabinetes e sala de reuniões.

Fachada Promotoria de Justiça de Porto Alegre - Regional do Partenon

- **Rodeio Bonito**

  A sede do Ministério Público no município de Rodeio Bonito, localizado na Rua General Osório, 378, Centro, possui 359 m^2 de área construída. A sede foi inaugurada em 16 de dezembro de 2009.

Fachada Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito

- **São Valentim**

  Com 160 m^2 de área construída o prédio localizado na Rua Luiz Carlos Farret, 76, Centro, foi inaugurado em 25 de novembro de 2009.

Fachada Promotoria de Justiça de São Valentim

- **Soledade**

  Inaugurado em 07 de maio de 2009, o prédio de três pavimentos está localizado na Rua José Quintana, 59, Bairro Missões, possuindo 685 m^2 de área construída.

Fachada Promotoria de Justiça de Soledade

- **Tenente Portela**

  Localizado na Rua Tupiniquins, 98, Centro, o prédio inaugurado em 07 de abril de 2009 possui 60 m^2 de área construída.

Fachada Promotoria de Justiça de Tenente Portela

- **Três Passos**

  Inaugurado em 20 de maio de 2009, o prédio com 165 m^2 de área construída está localizado na Rua General Osório, 153, Centro.

Fachada Promotoria de Justiça de Três Passos

- **Tucunduva**

A casa própria do Ministério Público no Município, localizado na Rua Missões, 66, Centro, foi inaugurada em 14 de agosto de 2009 e conta com 165 m^2 área construída.

Fachada Promotoria de Justiça de Tucunduva

- **Uruguaiana**

A sede da Promotoria de Justiça de Uruguaiana, inaugurada em 05 de maio de 2009, está localizada Rua General Hipólito, 3448, São João. O prédio de 4 andares possui 1.133 m^2 de área construída.

Fachada Promotoria de Justiça de Uruguaiana

GESTÃO DE PESSOAS

O Ministério Público, com vistas a aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, investe na qualificação permanente de seu quadro de pessoal, bem como na realização de concursos públicos para prover a instituição dos recursos humanos necessários à efetivação de suas atribuições junto à sociedade.

Desenvolver e Gerir Competências

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados e de dar suporte ao Mapa Estratégico da Instituição por meio do objetivo "Desenvolver e gerir competências" na perspectiva "Pessoas e Tecnologia", seguiu investindo, no ano de 2009, na capacitação de seus membros e servidores.

O Plano Anual de Educação Institucional, definido com base no levantamento das necessidades educacionais e realizado junto às áreas da Instituição, é composto por projetos que são distribuídos em Programas Educacionais. Na tabela abaixo constam os programas desenvolvidos pela instituição, bem como suas respectivas descrições:

Programas Educacionais

Programa	Objetivo
Direito	Aprimorar os conhecimentos jurídicos para o desenvolvimento das atividades funcionais, mantendo a atualização constante dos conhecimentos imprescindíveis ligados a área-fim.
Atuação Ministerial	Oferecer projetos voltados para a construção de conhecimentos que aprimorarão o trabalho de Procuradores e Promotores de Justiça, mas não estão incluídas no rol de matérias jurídicas e jurisprudenciais.
Interação com a Sociedade	Oportunizar um diálogo entre o Ministério Público e outras entidades públicas, privadas e sociedade civil organizada. Através destes projetos é possível debater com a sociedade e com outros órgãos acerca de assuntos sensíveis à atuação ministerial.
Integração de Novos Servidores	Proporcionar o aculturamento dos servidores que ingressam na Instituição, apresentando-lhes a Instituição, sua missão e valores, bem como as formas de atuação e organização, para que possam melhor apoiar as ações institucionais.
Formação de Gestores	Capacitar o gestor para que aja como multiplicador no ambiente de trabalho, transmitindo conhecimentos e desenvolvendo habilidades para a gestão de pessoas e processos, a fim de aprimorar o conhecimento e desenvolver habilidades interpessoais e técnicas de liderança.

Programa	Objetivo
Língua Portuguesa	Proporcionar conhecimentos que possibilitem o aprimoramento dos conhecimentos de membros e servidores do Ministério Público quanto à comunicação vernácula, especialmente a escrita.
Informática Usuário	Oferecer projetos educacionais que ofereçam maiores conhecimentos à cerca de programas, softwares e sistemas de informática, utilizados nas atividades funcionais de membros e servidores.
Informática Desenvolvedor	Desenvolver conhecimentos específicos de informática, tais como linguagens de programação, desenho gráfico e aplicativos que possibilitarão o aprimoramento dos serviços de informática do Ministério Público.
Assessoramento Técnico	Proporcionar o aprimoramento técnico de assessores que prestam serviços que contribuirão diretamente na atuação ministerial de membros do MP.
Áreas Administrativas	Oferecer atividades educacionais cujo foco é aperfeiçoar as atividades de suporte administrativo à atividade fim da Instituição.
Atendimento	Qualificar o atendimento ao público, tanto no âmbito interno quanto no externo, em todas as suas unidades, a fim de qualificar os diversos serviços prestados.
Pós-graduação	Aprofundar conhecimentos intrínsecos e necessários à atuação ministerial, através de, bolsas parciais para realização de cursos, *stricto sensu* e *lato sensu*, em instituições de ensino superior de reconhecida qualificação técnico-científica.
Outras demandas	Este programa reúne e classifica os projetos educacionais que não são regularmente oferecidos, ou que de certa forma são ocasionais.

A seguir, é descrito o investimento realizado, bem como o número de participantes envolvidos em cada programa de capacitação institucional:

Investimento por Programa Educacional e por Participante

Programas	Investimento	%	Participantes	%	Investimento/ participante
Direito	R$ 5.464,00	1,10	24	0,52	R$ 227,67
Atuação Ministerial	R$ 122.020,08	24,57	1529	33,17	R$ 79,80
Interação com a Sociedade	R$ 0,00	-	432	9,37	R$ 0,00
Integração de Novos Servidores	R$ 49.150,50	9,90	163	3,54	R$ 301,54
Formação de Gestores	R$ 3.829,96	0,77	38	0,82	R$ 100,79
Língua Portuguesa	R$ 0,00	-	1517	32,91	R$ 0,00
Informática Usuário	R$ 48.494,68	9,77	563	12,22	R$ 86,14
Informática Desenvolvedor	R$ 54.156,60	10,91	31	0,67	R$ 1.746,99

Programas	Investimento	%	Participantes	%	Investimento/ participante
Assessoramento Técnico	R$ 17.255,86	3,47	84	1,82	R$ 205,43
Áreas Administrativas	R$ 29.375,35	5,92	111	2,41	R$ 264,64
Atendimento	R$ 0,00	-	47	1,02	R$ 0,00
Pós-graduação	R$ 57.266,56	11,53	17	0,37	R$ 3.368,62
Outras demandas	R$ 12.010,00	2,42	53	1,15	R$ 226,60
Despesas Gerais do CEAF	R$ 97.592,15*	19,65	-	-	-
TOTAL GERAL	**R$ 496.615,74**	**100**	**4.609**	**100**	**-**

Obs.: *Inclui investimento de R$ 92.500,00, referente à aquisição de equipamentos de edição de vídeo, câmeras, instalação e treinamento de pessoal para operá-los.

Além dos projetos desenvolvidos internamente, foram disponibilizadas vagas para diversos cursos oferecidos no mercado, somando um investimento de R$ 496.615,74, totalizando 135 projetos educacionais distintos, distribuídos em 200 turmas. O investimento médio por participante foi de R$ 215,26, considerando que houve 4.609 participantes nas 6.615 horas de atividades.

A partir do exercício de 2009 foi possível reduzir as despesas com locação de espaços tendo em vista a nova estrutura física do CEAF, que passou a comportar os projetos realizados.

Concurso à carreira do Ministério Público

A quantidade de membros ativos do Ministério Público vem decrescendo desde 2004, quando havia 678 matrículas, se comparadas com as 657 atuais.

Segue, abaixo, quadro comparativo da quantidade de membros do Ministério Público e a população de alguns estados brasileiros.

Estados Brasileiros – Membros do Ministério Público x População

Estado	População	Membros	Proporção por Habitante	Proporção por 100.000 Habitantes
Acre	691.132	70	9.873	10,13
Amapá	626.609	75	8.355	11,97
Bahia	14.080.654	529	26.617	3,76
Goiás	5.003.228	327	15.300	6,54
Mato Grosso	3.001.692	197	15.237	6,56

Estado	População	Membros	Proporção por Habitante	Proporção por 100.000 Habitantes
Minas Gerais	19.273.506	900	21.415	4,67
Paraíba	3.595.886	218	16.495	6,06
Paraná	10.284.503	605	16.999	5,88
Piauí	3.032.421	162	18.719	5,34
Rio de Janeiro	14.367.255	853	16.843	5,94
Rio Grande do Sul	10.978.587	658	16.685	5,99
Rondônia	1.503.928	123	12.227	8,18
Santa Catarina	5.356.360	351	15.260	6,55
São Paulo	37.032.403	1.836	20.170	4,96
Sergipe	1.938.970	124	15.637	6,40
Tocantins	1.243.627	118	10.539	9,49

Especificamente quanto à carreira do Ministério Público, verifica-se, conforme quadro abaixo, o *déficit* funcional existente atualmente. Note-se que, somente na entrância inicial, há 79 vagas a serem supridas por meio de concurso público.

Cargo	Cargos Criados	Cargos Lotados	Cargos Vagos
Procurador	140	111	29
Promotor de Entrância Final	285	199	86
Promotor de Entrância Intermediária	293	241	52
Promotor de Entrância Inicial	185	106	79

Neste contexto, considerando a disponibilidade orçamentária e a conformidade com os limites impostos pela LRF, está em andamento concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, visando o provimento de 25 cargos de Promotor de Justiça, das 79 vagas existentes. O último concurso realizado foi concluído em 2003.

Movimentação na carreira do MP

Em 2009 foram elevadas de entrância, em virtude do que consta na Lei nº 13.208/2009, as seguintes comarcas:

Elevação de Entrâncias – Lei nº 213.208/2009	
INTERMEDIÁRIA para FINAL	• Caxias do Sul • Pelotas • Passo Fundo • Santa Maria
INICIAL para INTERMEDIÁRIA	• Capão da Canoa • Farroupilha • Lagoa Vermelha • Santiago • Sapiranga • Taquara • Torres • Tramandaí

Em vista das elevações de entrâncias, conforme acima demonstrado, e das demais vagas já existentes, procedeu-se, no exercício, às seguintes Promoções e Remoções:

Cargo	Promoção	Remoção
Procurador	5	13
Promotor de Entrância Final	33	35
Promotor de Entrância Intermediária	10	32
Promotor de Entrância Inicial	-	14

Com as elevações de entrância nas comarcas, conforme já referido, e as respectivas promoções e remoções, busca-se equacionar a distribuição do Quadro de membros do Ministério Público visando o melhor atendimento de suas demandas institucionais e o ingresso dos novos Promotores de Justiça que serão nomeados quando da homologação final do concurso público.

Nomeações de servidores

Em 2009 entraram em exercício 231 novos servidores na Instituição em razão de exonerações e aposentadorias, bem como para atender a novas demandas. Dentre os cargos providos estão os de: Assessor bacharel em ciências jurídicas e sociais, Assessor bacharel em administração, Assessor bacharel em contabilidade, Técnico Superior de Informática, Assistente

Social, Biólogo, Médico Clínico Geral, Médico Psiquiatra, Psicólogo, Agente Administrativo, Secretário de Diligências, Assistente de Promotoria de Justiça, Técnico em Informática e Técnico de Áudio.

Evolução dos Recursos Humanos – 2005 a 2009

O quadro abaixo demonstra a evolução dos recursos humanos da Instituição evidenciando a quantidade de membros do Ministério Público e de servidores.

Ano	Total de membros	Total de servidores*	Total de membros e servidores
2005	675	1708	2383
2006	672	1863	2535
2007	669	1807	2476
2008	664	1890	2554
2009	659	2040	2699

Obs.: Servidores: provimento efetivo, adidos, cargos em comissão e estabilizados.

Dados Referentes à Gestão de Pessoas encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público

O quadro abaixo contém informações da estrutura administrativa da Instituição prestadas ao Conselho Nacional do Ministério Público em razão do disposto na Resolução nº 12/2006 do referido Órgão.

Descrição	Total
N.º de cargos de Procuradores de Justiça criados	140
N.º de cargos de Procuradores de Justiça providos	111
N.º de cargos de Promotores de Justiça criados	763
N.º de cargos de Promotores de Justiça providos	547
N.º de cargos de Servidores de carreira criados	2.165
N.º de cargos de Servidores de carreira providos	1.653
N.º de cargos de Cargos em Comissão criados	550
N.º de cargos de Cargos em Comissão providos	290
N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	97
N.º de vagas para estágio criadas	1.379

Descrição	Total
N.º de vagas para estágio providas	1.170
N.º de Membros inativos	239
N.º de Servidores inativos	82
Área total ocupada pelo Ministério Público	111.150,54
N.º de habitantes do Estado	10.727.937
N.º de Municípios do Estado	496
N.º de Comarcas	165
N.º de Municípios com sedes próprias do Ministério Público	160
Remuneração média de Membros ativos	18.434,15
Remuneração média de Membros inativos	21.214,72
Remuneração média de Servidores ativos	5.184,78
Remuneração média de Servidores inativos	8.857,10
Renda per capita de membros e servidores ativos do Ministério Público	23.618,93
Renda per capita de membros e servidores inativos do Ministério Público	30.071,82
Renda per capita do Estado	17.036,23

GESTÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

O PROPAD – Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça é um dos projetos estratégicos do Ministério Público e está vinculado ao objetivo "Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa". Sua principal finalidade é tornar a estrutura operacional das Promotorias de Justiça mais eficiente, através da introdução da padronização dos fluxos de trabalho, bem como da organização da sua estrutura funcional, estrutura aqui entendida como um modelo de disposição de órgãos e funções a serem executadas pelos diversos cargos existentes. Objetiva, também, à implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça.

A qualificação dos serviços prestados pelas Promotorias de Justiça se dará através da padronização de seus macroprocessos, divididos em cinco grupos: Atendimento; Processos Judiciais; Inquéritos Policiais, Termos Circustanciados e outros; Diligências; e, Procedimentos Investigatórios.

Como resultado da aplicação das diretrizes do PROPAD, visa-se também a agilidade das rotinas de trabalho, a preparação para o processo eletrônico, além do crescimento da produtividade e a segurança na realização das tarefas, pela eliminação de retrabalhos e controles desnecessários, gerando melhor qualidade de vida no trabalho.

Em 2009 foi desenvolvido o Projeto-Piloto nas Promotorias de Justiça de Eldorado do Sul, Gramado, Dois Irmãos, Nova Petrópolis, Farroupilha, Esteio e São Leopoldo. Para 2010 está prevista a implantação do modelo em todas as Promotorias de Justiça do interior do Estado e, para 2011, nas Promotorias de Justiça de Porto Alegre.

PROPAD, Implantação do Projeto-Piloto, Promotoria de Eldorado do Sul – 05/10/2009

PROPAD, Implantação do Projeto-Piloto, Promotoria de Gramado – 15 e 16/10/2009

PROPAD, Implantação do Projeto-Piloto, Promotoria de Nova Petrópolis – 29/10/2009

PROPAD, Implantação do Projeto-Piloto, Promotoria de São Leopoldo – 02 a 04/12/2009

Acima de tudo, a cidadania.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Procuradoria-Geral de Justiça